



Demonstrações Contábeis e Notas Explicativas 2018

6. Demonstrações Contábeis

A Coordenação de Contabilidade compõe a estrutura da Diretoria de Administração e Finanças do DNIT e exerce a competência de Setorial Contábil da Autarquia, responsável pelo acompanhamento da execução contábil do DNIT/Sede/Brasília e das 26 (vinte e seis) unidades administrativas instaladas nas capitais dos Estados da Federação, com exceção do Distrito Federal, que se encontra vinculada à unidade do Estado de Goiás, de 8 Administrações Hidroviárias e 5 Unidades Gestoras Executoras específicas para execução de projetos com recursos externos do BID (Banco Interamericano de Desenvolvimento) e BIRD (Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento).

As demonstrações contábeis do DNIT são:

Balanço Patrimonial – evidencia os bens, direitos e obrigações da Autarquia;

Balanço Orçamentário – demonstra a receita prevista versus a arrecadada e a despesa autorizada versus a executada;

Balanço Financeiro e a Demonstração dos Fluxos de Caixa – demonstram as entradas de recursos em confronto com as saídas;

Demonstração das Variações Patrimoniais – evidencia o resultado patrimonial do período, confrontando receitas e despesas; e

Notas Explicativas.

Em relação à Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido – DMPL, de acordo com o Item 38B da Norma Brasileira de Contabilidade NBC T 16.6, essa demonstração “deve ser elaborada apenas pelas empresas estatais dependentes e pelos entes que as incorporarem no processo de consolidação das contas”, o que não é o caso do DNIT. Por isso, deixamos de apresentá-la.

As demonstrações contábeis do exercício encerrado em 31 de dezembro de 2018 foram elaboradas em consonância com a Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964, bem como com as normas editadas pela Secretaria do Tesouro Nacional – STN, designada como Órgão Central do Sistema de Contabilidade Federal, nos termos do Artigo 17, inciso I, da Lei Federal nº 10.180, de 6 de fevereiro de 2001 e com as Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicada ao Setor Público – NBCASP.

Faz parte integrante desta Declaração as Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis, encerradas em 31 de dezembro 2018.

6.1. Declaração do contador geral (ou opinião dos auditores externos), expressando a responsabilidade do contador, as normas contábeis aplicáveis e a asseguração razoável das demonstrações contábeis;

Declaro que os demonstrativos contábeis referentes ao exercício de 2018 constantes do SIAFI (Balanços Orçamentário, Financeiro, Patrimonial, Demonstração das Variações Patrimoniais e a Demonstração do Fluxo de Caixa), regidos pela Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964 e pela Norma Brasileira de Contabilidade Aplicada ao Setor Público NBC T 16.6, aprovada pelo Conselho Federal de Contabilidade através da Portaria nº. 1.133, de 21 de novembro de 2008, refletem, nos seus aspectos mais relevantes, a situação orçamentária, financeira e patrimonial da unidade jurisdicionada que apresenta Relatório de Gestão, EXCETO no tocante a:

1. Restrições registradas na conformidade contábil do Órgão em dezembro 2018.
2. Não realização dos procedimentos para registro da reavaliação, redução ao valor recuperável e depreciação dos bens incorporados ao patrimônio, anteriormente ao exercício de 2010.
3. Falta de registro contábil de todos bens intangíveis (softwares) no Ativo Não Circulante, bem como sua respectiva amortização.
4. Falta de incorporação no patrimônio da Autarquia de Ativos Não Circulante da Rede Ferroviária Federal, e das Administrações Hidroviárias, consequentemente, os Relatórios de Movimentação de Bens/Almoxarifado não estão evidenciando a realidade, este fato impossibilita o registro contábil.

5. Permanência de saldos nas contas Obras em Andamento e Instalações, de obras já concluídas e não incorporadas aos respectivos imóveis.

6. Existem saldos remanescente nas contas de controle de contratos no SIAFI que estão registrados por número de CNPJ da empresa, não evidenciando o saldo por contrato, pois uma mesma empresa pode ter mais de um contrato com este Departamento.

7. Ativo Não Circulante- Imobilizado: Presença de saldos alongados em contas transitórias do imobilizado (Estudos e Projetos) já concluídas e não incorporadas nos respectivos bens imóveis, e outros valores que não se referem a Ativo, que deveriam ser baixados.

8. Existência de Passivos Sem Suporte Orçamentário que não foram registrados no SIAFI por falta de encaminhamento pelas áreas gestoras de informações (processos)

9. Ausência de constituição de Ajustes para Perdas Estimadas para os créditos administrativos a receber.

10. Ausência de registro contábil dos Bens de Infraestrutura relacionados aos modais ferroviário e hidroviário

11. Falta de padronização e regularização dos registros contábeis de terrenos desapropriados para construção, aumento de capacidade, etc de rodovias, bem como do registro dos terrenos de faixa de domínio;

12. Ausência de contabilização das Obras de Artes Especiais – OAE.



JAQUELINE COSTA DA SILVA

Coordenadora de Contabilidade/DNIT

CRC DF-011998/O-2

Estou ciente das responsabilidades civis e profissionais desta declaração.

Brasília-DF, 8 de fevereiro de 2019

6.2. Principais Mudanças nas práticas contábeis

Até meados do ano de 2017, na liquidação da despesa pública de Transferências Voluntárias e Termos de Compromisso (Convênios e Instrumentos Congêneres), reconhecia-se um Ativo Patrimonial como direito do Concedente, a título de adiantamento de recursos ao Convenente.

O mesmo tratamento contábil recebia os valores correspondentes aos rendimentos de aplicação financeira – de curto prazo ou de caderneta de poupança – provenientes dos recursos transferidos, enquanto não empregado na sua finalidade, que tem a obrigatoriedade de restituição de eventual saldo de recursos ao concedente ou ao Tesouro Nacional, em conformidade com a Instrução Normativa nº 01/97.

Em 2018, considerando que essas transferências não satisfazem o conceito de ativo, a STN alterou os critérios de contabilização, passando a se reconhecer, quando da efetivação das transferências dos recursos, uma despesa (Variação Patrimonial Diminutiva – VPD) em vez de um Ativo Patrimonial.

6.3. Demonstrações contábeis:

6.3.1. Balanço Orçamentário

RECEITA - NE 20 Valores em R\$ milhões				
RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	SALDO
RECEITAS CORRENTES	809,06	809,06	706,15	-102,91
Receita Patrimonial	45,33	45,33	21,09	-24,23
Receitas de Serviços	8,02	8,02	21,23	13,21
Outras Receitas Correntes	755,71	755,71	663,83	-91,88
Multas Administrativas, Contratuais e Judiciais	755,43	755,43	661,47	-93,96
Indenizações, Restituições e Ressarcimentos	0,29	0,29	2,36	2,07
RECEITAS DE CAPITAL	0,30	0,30	5,63	5,33
Alienação de Bens	0,30	0,30	5,63	5,33
SUBTOTAL DE RECEITAS	809,36	809,36	711,78	-97,58
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO	809,36	809,36	711,78	-97,58
DEFICIT	0,00	0,00	7.920,60	7.920,60
TOTAL	809,36	809,36	8.632,38	7.823,02

Tabela 32 - Receitas Orçamentárias

DESPESA - NE 21 Valores em R\$ milhões						
DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS	SALDO DA DOTAÇÃO
DESPESAS CORRENTES	1.473,29	1.526,75	1.514,29	1.233,02	1.182,00	12,45
Pessoal e Encargos Sociais	670,83	715,95	705,38	693,95	648,31	10,57
Outras Despesas Correntes	802,45	810,80	808,92	539,07	533,69	1,88
DESPESAS DE CAPITAL	7.801,53	7.190,65	7.118,08	4.960,52	4.922,08	72,56
Investimentos	7.793,99	7.183,43	7.110,86	4.953,30	4.914,86	72,56
Inversões Financeiras	7,54	7,22	7,22	7,22	7,22	0,00
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	190,07	184,07	-	-	-	184,07
SUBTOTAL DAS DESPESAS	9.464,89	8.901,46	8.632,38	6.193,55	6.104,08	269,09
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO	9.464,89	8.901,46	8.632,38	6.193,55	6.104,08	269,09
TOTAL	9.464,89	8.901,46	8.632,38	6.193,55	6.104,08	269,09

Tabela 33 - Despesas Orçamentárias

ANEXO 1 - DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO DOS RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS – NE 22 - Valores em R\$ milhões							
DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	INSCRITOS EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	LIQUIDADOS	PAGOS	CANCELADOS	SALDO	
DESPESAS CORRENTES	59,92	372,75	284,83	282,53	20,35	129,80	
Pessoal e Encargos Sociais	2,30	8,76	1,37	1,37	2,30	7,39	
Outras Despesas Correntes	57,62	363,99	283,46	281,15	18,05	122,41	
DESPESAS DE CAPITAL	2.886,95	2.948,41	2.915,08	2.904,99	240,21	2.690,16	
TOTAL	2.946,87	3.321,16	3.199,92	3.187,51	260,55	2.819,96	

Tabela 34 - Demonstrativo de execução dos Restos a Pagar não processados

ANEXO 2 - DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO RESTOS A PAGAR PROCESSADOS E NAO PROCESSADOS LIQUIDADOS – NE 22 - Valores em R\$ milhões						
DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	INSCRITOS EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	PAGOS	CANCELADOS	SALDO	
DESPESAS CORRENTES	2,69	7,69	6,83	0,00	3,54	
Pessoal e Encargos Sociais	0,07	0,01	-	-	0,08	
Outras Despesas Correntes	2,61	7,68	6,83	0,00	3,46	
DESPESAS DE CAPITAL	20,36	72,11	72,60	0,22	19,66	
TOTAL	23,05	79,80	79,43	0,22	23,20	

Tabela 35 - Demonstrativo de execução dos Restos a Pagar processados e não processados liquidados

6.3.2. Balanço Patrimonial,

ATIVO - Valores em R\$ milhões				PASSIVO - Valores em R\$ milhões			
ESPECIFICAÇÃO	NOTAS EXPLICATIVAS	2018	2017	ESPECIFICAÇÃO	NOTAS EXPLICATIVAS	2018	2017
ATIVO CIRCULANTE		388,20	473,89	PASSIVO CIRCULANTE		218,68	155,97
Caixa e Equivalentes de Caixa		361,92	454,67	Obrigações Trabalh., Previd. e Assist. a Pagar a Curto Prazo		72,54	5,81
Demais Créditos e Valores a Curto Prazo	NE 01	19,26	12,56	Fornecedores e Contas a Pagar a Curto Prazo	NE 06	102,54	139,57
Estoques		6,73	6,16	Obrigações Fiscais a Curto Prazo		0,00	-
VPDs Pagas Antecipadamente		0,30	0,51	Provisões a Curto Prazo		-	0,03
				Demais Obrigações a Curto Prazo	NE 07	43,60	10,57
ATIVO NÃO CIRCULANTE		222.832,20	218.029,36	PASSIVO NÃO CIRCULANTE		2,53	0,10
Ativo Realizável a Longo Prazo		419,97	184,72	Obrigações Trabalh., Previd. e Assist. a Pag. de Longo Prazo		0,16	-
Créditos a Longo Prazo	NE 02	25,45	24,19	Demais Obrigações a Longo Prazo	NE 08	2,37	0,10
Demais Créditos e Valores a Longo Prazo	NE 03	394,52	160,53	PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
Imobilizado	NE 04	222.319,52	217.762,67	Resultados Acumulados		222.999,20	218.347,18
Bens Móveis		230,95	225,04	Resultado do Exercício		4.511,75	-6.722,54
Bens Móveis		312,24	288,92	Resultados de Exercícios Anteriores		218.347,18	235.817,14
(-) Depreciação/Amortização/Exaustão Acum. de Bens Móveis		-81,29	-63,88	Ajustes de Exercícios Anteriores	NE 09	140,28	-10.747,43
Bens Imóveis		222.088,57	217.537,63	TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		222.999,20	218.347,18
Bens Imóveis		222.093,82	217.541,49				
(-) Depr./Amortização/Exaustão Acum. de Bens Imóveis		-5,25	-3,86				
Intangível	NE 05	92,72	81,97				
Softwares		92,72	81,97				
Softwares		92,74	81,99				
(-) Amortização Acumulada de Softwares		-0,01	-0,01				
(-) Redução ao Valor Recuperável de Softwares		-0,01	-0,01				
TOTAL DO ATIVO		223.220,41	218.503,25	TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		223.220,41	218.503,25

Tabela 36 - Balanço Patrimonial

QUADRO DE ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS E PERMANENTES - Valores em R\$ milhões					
ATIVO		PASSIVO			
ESPECIFICAÇÃO	2018	2017	ESPECIFICAÇÃO	2018	2017
ATIVO FINANCEIRO	361,92	454,67	PASSIVO FINANCEIRO	5.394,68	6.447,25
ATIVO PERMANENTE	222.858,49	218.048,58	PASSIVO PERMANENTE	97,33	55,47
			SALDO PATRIMONIAL	217.728,40	212.000,53

Tabela 37 - Quadro de ativos e passivos financeiros e permanentes

QUADRO DE COMPENSAÇÕES - Valores em R\$ milhões					
ATIVO		PASSIVO			
ESPECIFICAÇÃO / Saldo dos Atos Potenciais Ativos	2018	2017	ESPECIFICAÇÃO / Saldo dos Atos Potenciais Passivos	2018	2017
SALDO DOS ATOS POTENCIAIS ATIVOS	20.973,81	20.243,82	SALDO DOS ATOS POTENCIAIS PASSIVOS	43.214,84	49.259,23
Execução dos Atos Potenciais Ativos	20.973,81	20.243,82	Execução dos Atos Potenciais Passivos	43.214,84	49.259,23
Garantias e Contragarantias Recebidas a Executar	20.903,47	20.174,42	Obrigações Conveniadas e Outros Instrum Congêneres a Liberar	5.049,55	4.862,88
Direitos Conveniados e Outros Instrumentos Congêneres a Rec.	69,55	69,40	Obrigações Contratuais a Executar	38.165,29	44.396,35
Direitos Contratuais a Executar	0,78	-			
TOTAL	20.973,81	20.243,82	TOTAL	43.214,84	49.259,23

Tabela 38 - Quadro de compensações

DEMONSTRATIVO DO SUPERÁVIT/DÉFICIT FINANCEIRO APURADO NO BALANÇO PATRIMONIAL - Valores em R\$ milhões	
DESTINAÇÃO DE RECURSOS	SUPERAVIT/DEFICT FINANCEIRO
Recursos Ordinários	-3.610,85
Recursos Vinculados	-1.421,92
Seguridade Social (Exceto RGPS)	0,03
Recursos de Receitas Financeiras	-39,94
Operação de Crédito	-96,61
Alienação de Bens e Direitos	5,59
Outros Recursos Vinculados a Órgãos e Programas	-1.290,99
TOTAL	-5.032,76

Tabela 39 - Demonstrativo do superávit/Déficit financeiro apurado no Balanço Patrimonial

6.3.3. Demonstração das Variações Patrimoniais,

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS - Valores em R\$ milhões			
	NOTAS EXPLICATIVAS	2018	2017
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS		14.810,32	11.632,65
Exploração e Venda de Bens, Serviços e Direitos		43,65	48,17
Variações Patrimoniais Aumentativas Financeiras		50,67	111,42
Juros e Encargos de Mora	NE 10	50,65	90,56
Variações Monetárias e Cambiais		0,02	-
Remuneração de Depósitos Bancários e Aplicações Financeiras	NE 11	-	20,85
Transferências e Delegações Recebidas		10.537,55	10.519,85
Transferências Intragovernamentais		9.979,08	10.447,53
Transferências Intergovernamentais		-	0,01
Outras Transferências e Delegações Recebidas		558,46	72,32
Valorização e Ganhos c/ Ativos e Desincorporação de Passivos		3.362,45	115,04
Reavaliação de Ativos		-	30,68
Ganhos com Alienação	NE 12	4,79	-
Ganhos com Incorporação de Ativos	NE 13	3.357,31	81,89
Ganhos com Desincorporação de Passivos		0,35	2,46
Outras Variações Patrimoniais Aumentativas	NE 14 e 15	816,00	838,17
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS		10.298,58	18.355,19
Pessoal e Encargos		557,54	539,62
Remuneração a Pessoal		426,93	398,88
Encargos Patronais		92,71	100,15
Benefícios a Pessoal		24,37	25,37
Outras Var. Patrimoniais Diminutivas - Pessoal e Encargos		13,53	15,22
Benefícios Previdenciários e Assistenciais		180,46	156,60
Aposentadorias e Reformas		154,21	132,11
Pensões		25,89	24,20

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS - Valores em R\$ milhões			
	NOTAS EXPLICATIVAS	2018	2017
Outros Benefícios Previdenciários e Assistenciais		0,37	0,29
Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo		780,54	714,46
Uso de Material de Consumo		7,64	7,58
Serviços	NE 16	753,31	689,24
Depreciação, Amortização e Exaustão		19,59	17,64
Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras		17,27	28,61
Juros e Encargos de Mora		0,04	0,05
Descontos Financeiros Concedidos	NE 17	17,23	28,56
Transferências e Delegações Concedidas		1.747,67	1.835,32
Transferências Intragovernamentais		1.600,29	1.383,18
Transferências Intergovernamentais		88,27	434,42
Outras Transferências e Delegações Concedidas		59,11	17,72
Desvalorização e Perda de Ativos e Incorporação de Passivos		6.978,79	15.013,21
Reavaliação, Redução a Valor Recuperável e Ajustes p/ Perdas		1,20	0,19
Perdas com Alienação		0,58	1,29
Perdas Involuntárias		0,12	0,61
Incorporação de Passivos		0,40	2,45
Desincorporação de Ativos	NE 18	6.976,49	15.008,67
Tributárias		7,43	8,25
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria		0,34	0,25
Contribuições		7,09	8,00
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas	NE 19	28,88	59,13
RESULTADO PATRIMONIAL DO PERÍODO		4.511,75	-6.722,54

Tabela 40 - Variações Patrimoniais Quantitativas

6.3.4. Demonstração do Fluxo de Caixa,

	2018	2017
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DAS OPERAÇÕES - Valores em R\$ milhões	7.645,03	8.175,85
INGRESSOS	10.741,68	11.237,48
Receitas Derivadas e Originárias	706,15	780,40
Receita Patrimonial	21,09	34,85
Receita de Serviços	21,23	10,26
Outras Receitas Derivadas e Originárias	663,83	735,29
Outros Ingressos das Operações	10.035,53	10.457,08
Ingressos Extraorçamentários	1,25	1,39
Transferências Financeiras Recebidas	9.979,08	10.439,76
Arrecadação de Outra Unidade	55,19	15,93
DESEMBOLSOS	-3.096,65	-3.061,63
Pessoal e Demais Despesas	-1.312,23	-1.287,30
Administração	-1,97	-1,24
Segurança Pública	-0,83	-0,80
Assistência Social	-1,87	-0,83
Previdência Social	-152,08	-148,56
Educação	-0,02	-0,02
Urbanismo	-	-0,01
Transporte	-1.153,22	-1.135,84
Encargos Especiais	-2,24	-0,01
(+/-) Ordens Bancárias não Sacadas - Cartão de Pagamento	0,000	0,000
Transferências Concedidas	-183,37	-397,58
Intergovernamentais	-88,27	-295,51
A Estados e/ou Distrito Federal	-84,14	-278,18
A Municípios	-4,13	-17,33
Intragovernamentais	-95,10	-102,07
Outros Desembolsos das Operações	-1.601,05	-1.376,75
Dispêndios Extraorçamentários	-0,82	-1,35
Transferências Financeiras Concedidas	-1.494,56	-1.375,41
Demais Pagamentos	-105,68	-0,000
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO	-7.737,78	-8.075,85
INGRESSOS	5,63	0,69
DESEMBOLSOS	-7.743,41	-8.076,54
Aquisição de Ativo Não Circulante	-4.918,52	-4.671,60
Outros Desembolsos de Investimentos	-2.824,89	-3.404,94
GERAÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	-92,75	100,00
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA INICIAL	454,67	354,67
CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA FINAL	361,92	454,67

Tabela 41 - Fluxos de caixa das atividades das operações

6.3.5. Balanço Financeiro,

Tabela 42 - Balanço Financeiro

INGRESSOS - Valores em R\$ milhões			DISPÊNDIOS - Valores em R\$ milhões		
ESPECIFICAÇÃO	2018	2017	ESPECIFICAÇÃO	2018	2017
Receitas Orçamentárias	711,78	781,09	Despesas Orçamentárias	8.430,70	9.688,15
Ordinárias	-	16,26	Ordinárias	4.610,69	6.601,28
Vinculadas	770,02	852,18	Vinculadas	3.820,01	3.086,87
Alienação de Bens e Direitos	10,13	0,69	Seguridade Social (Exceto RGPS)	12,34	1,29
Outros Recursos Vinculados a Órgãos e Programas	759,89	851,49	Recursos de Receitas Financeiras	0,98	-
(-) Deduções da Receita Orçamentária	-58,24	-87,35	Operação de Crédito	99,50	173,62
Transferências Financeiras Recebidas	9.979,08	10.439,76	Alienação de Bens e Direitos	0,30	1,00
Resultantes da Execução Orçamentária	6.442,11	6.690,13	Outros Recursos Vinculados a Órgãos e Programas	3.706,89	2.910,96
Repasso Recebido	6.095,47	6.428,96	Transferências Financeiras Concedidas	1.494,56	1.375,41
Sub-repasso Recebido	346,63	261,13	Resultantes da Execução Orçamentária	473,41	322,89
Sub-repasso Devolvido	0,01	0,04	Repasso Concedido	126,48	61,49
Independentes da Execução Orçamentária	3.536,97	3.749,63	Sub-repasso Concedido	346,63	261,13
Transferências Recebidas para Pagamento de RP	3.442,23	3.614,12	Repasso Devolvido	0,29	0,22
Demais Transferências Recebidas	9,98	0,35	Sub-repasso Devolvido	0,01	0,04
Movimentação de Saldos Patrimoniais	84,76	135,16	Independentes da Execução Orçamentária	1.021,15	1.052,52
Recebimentos Extraorçamentários	2.494,12	3.334,77	Transferências Concedidas para Pagamento de RP	237,74	192,97
Inscrição dos Restos a Pagar Processados	87,80	60,10	Movimento de Saldos Patrimoniais	783,41	859,55
Inscrição dos Restos a Pagar Não Processados	2.349,87	3.257,34	Despesas Extraorçamentárias	3.352,47	3.392,06
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	1,25	1,39	Pagamento dos Restos a Pagar Processados	76,88	246,41
Outros Recebimentos Extraorçamentários	55,19	15,93	Pagamento dos Restos a Pagar Não Processados	3.169,10	3.144,30
Ordens Bancárias não Sacadas - Cartão de Pagamento	0,00	0,00	Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	0,82	1,35
Arrecadação de Outra Unidade	55,19	15,93	Outros Pagamentos Extraorçamentários	105,68	0,00
Saldo do Exercício Anterior	454,67	354,67	Demais Pagamentos	105,68	0,00
			Saldo para o Exercício Seguinte	361,92	454,67
TOTAL	13.639,65	14.910,28	TOTAL	13.639,65	14.910,28

Notas explicativas:

NOTA 01 Demais Créditos e Valores de Curto Prazo

No período compreendido entre o encerramento dos exercícios de 2017 e

2018, foi verificado um aumento de 53,40% na rubrica Demais Créditos e Valores de Curto Prazo, que em termos monetários, representa uma incorporação de R\$ 6.705.137,87 (seis milhões, setecentos e cinco mil, cento e trinta e sete reais e oitenta e sete centavos) de ativos provenientes de crédito administrativos a receber, conforme Tabela 43 e Gráfico 38.

Tabela 43 - Demais Créditos e valor de curto prazo

Conta Contábil - Valores em R\$ milhões	Saldo R\$ (Conta Contábil)			ANÁLISE		
	Dec-18	Dec-17	AV %	AH %	VARIAÇÃO R\$	
13 Salário - Adiantamento	6,00	6,08	31,14%	-1,40%	-0,09	
Adiantamento de férias	5,11	4,88	26,53%	4,65%	0,23	
Salários e ordenados - Pagamento antecipado	2,05	1,43	10,63%	43,31%	0,62	
Créditos a receber por dano ao patrimônio	2,68	-	13,93%	-	2,68	
Créditos a receber decorrente de pagamentos indevidos	0,63	-	3,27%	-	0,63	
Creditos a receber de responsáveis por dano/perda	0,05	-	0,25%	-	0,05	
Créditos a receber decorrentes de infrações	2,75	0,16	14,26%	1650,88%	2,59	
Créditos a receber por pagamento de terceiros	0	0,01	0,00%	-	-0,01	
Total	19,26	12,56	100,00%	53,40%	6,71	

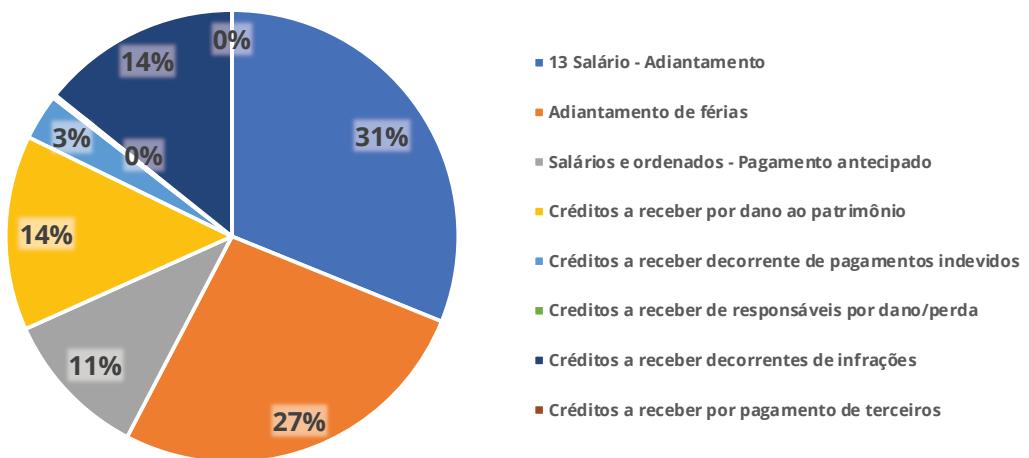


Gráfico 38 - Demais Créditos e Valores de curto prazo

Esse aumento se deve principalmente ao registro de Créditos Administrativos a Receber, em geral, por danos ao patrimônio, decorrentes de pagamentos indevidos, multas por descumprimentos contratuais, entre outros e se deve a uma ação proativa da Coordenação de Contabilidade do DNIT, que, com base no art. 261 da Lei nº 10.180, de 6 de fevereiro de 2001, buscou juntos às Diretorias Setoriais da Autarquia 2informações relativas ao provável estoque de créditos administrativos a receber, bem como a adoção de rotina de envio desses créditos para registro contábil no momento em que ocorrerem, observando os princípios contábeis da competência e oportunidade.

1 “Art. 26. Nenhum processo, documento ou informação poderá ser sonegado aos servidores dos Sistemas de Contabilidade Federal e de Controle Interno do Poder Executivo Federal, no exercício das atribuições inerentes às atividades de registros contábeis, de auditoria, fiscalização e avaliação de gestão.”

2 (Processo 50600.005906/2018-67)

Ajustes para Perdas Estimadas:

Quanto aos ajustes para perdas dos créditos administrativos a receber, como a Coordenação de Contabilidade não possui o histórico de recebimentos passados, baseado nos últimos três exercícios, conforme norma da Secretaria do Tesouro Nacional – STN, para comparar o volume efetivamente arrecadado com o volume inscrito, ainda não foi possível constituir a conta de ajuste.

NOTA 02: Dívida Ativa Não Tributária

O Gráfico 39 demonstra a evolução dos créditos do DNIT inscritos em Dívida Ativa Não Tributária nos últimos oito trimestres.

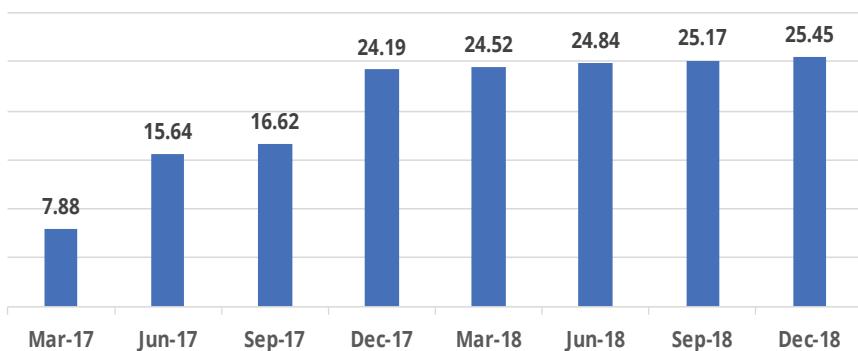


Gráfico 39 - Dívida ativa não tributária - evolução trimestral

Verificamos que, durante o exercício de 2018, o estoque da dívida ativa não tributária manteve-se estável, recebendo apenas os registros de atualizações monetárias mensalmente realizadas pela Coordenação da Contabilidade.

Ajustes para Perdas Estimadas:

Em 2018, iniciaram-se estudos para a constituição de Ajustes para os créditos inscritos em dívida ativa não tributária com probabilidade de não realização, a fim de apresentar fidedignamente a informação contábil.

Ocorre que a informação sobre o volume de perda e de recebimento desses créditos dependeria de um levantamento por parte dos órgãos de representação judicial da Autarquia, integrantes da Procuradoria Geral Federal – PGF. E, conforme informou a Procuradoria Federal Especializada Junto ao DNIT – PFE-DNIT, esses dados ainda estão sendo compilados pela PGF, mas sem prazo para a conclusão dos trabalhos³.

Dessa forma, os créditos de Dívida Ativa Não Tributária atualmente não estão deduzidos dos Ajustes para Perdas Estimadas.

NOTA 03: Demais Créditos e Valores a Longo Prazo

O aumento de 145,76% em créditos a receber de longo prazo, que representa uma incorporação de R\$ 233.992.408,43 (duzentos e trinta e três milhões, novecentos e noventa e dois mil, quatrocentos e oito reais e quarenta e três centavos) está relacionado a incorporação de ativos provenientes de crédito administrativos a receber, incluindo valores apurados em Tomadas de Contas Especiais – TCE, cujas contas foram julgadas irregulares pelo Tribunal de Contas da União – TCU com imposição de débito.

Conforme Nota 01, o aumento do volume de Créditos a Receber se deve a uma ação proativa da Coordenação de Contabilidade do DNIT, que, com base no art. 26⁴ da Lei nº 10.180, de 6 de fevereiro de 2001, buscou juntos às Diretorias Setoriais da Autarquia (Processo 50600.005906/2018-67) informações relativas ao provável estoque de créditos administrativos a receber, bem como a adoção de rotina de envio desses créditos para registro contábil no momento em que ocorrerem, observando os princípios contábeis da competência e oportunidade.

Na Tabela 44, evidencia-se os registros existentes no encerramento dos exercícios 2017 e 2018, que demonstra a inclusão de vários lançamentos nessa rubrica em função de atualizações financeiras e por reclassificação de Curto para o Longo Prazo de créditos administrativos sem previsão de recebimento no exercício de 2019

4 “Art. 26. Nenhum processo, documento ou informação poderá ser sonegado aos servidores dos Sistemas de Contabilidade Federal e de Controle Interno do Poder Executivo Federal, no exercício das atribuições inerentes às atividades de registros contábeis, de auditoria, fiscalização e avaliação de gestão.”

Conta Contábil - Valores em R\$ milhões	UG Executora	Saldo (Moeda Origem Conta Contábil)		ANÁLISE		
		Dec-18	Dec-17	AV%	AH%	VARIAÇÃO R\$
Créditos a receber decorrentes de dano ao patrimônio	DNIT - SEDE	4,62	0,00	1,17%		4,62
Créditos a receber por débito de terceiros prestadores de serviço	DNIT - SEDE	28,23	0,00	7,16%		28,23
	SRE/GO/DF - DNIT	0,60	0,00	0,15%		0,60
Multa/Juros a receber por servidor responsabilizados	SRE/PB - DNIT	0,00	0,00	0,00%		0,00
Crédito a receber por terceiros em prestação de serviços	DNIT - SEDE	3,12	1,42	0,79%	119,61%	1,70
Crédito a receber por falta/Irregularização comprovada	DNIT - SEDE	171,89	157,65	43,57%	9,03%	14,24
Dépositos judiciais efetuados	SRE/RN - DNIT	0,20	0,20	0,05%		0
Créditos administrativos por autos de infração	DNIT - SEDE	0,01	0,00	0,00%		0,01
Créditos a receber decorrentes de infrações - LG PZ	DNIT - SEDE	164,87	0,00	41,79%		164,87
	SRE/GO/DF - DNIT	20,62	0,00	5,23%		20,62
	SRE/PB - DNIT	0,36	0,00	0,09%		0,36
Créditos por infrações legal/contratual	DNIT - SEDE	0,00	0,97	0,00%		-0,97
	SRE/PB - DNIT	0,00	0,29	0,00%		-0,29
Total		394,52	160,53	100,00%	145,76%	233,99

Tabela 44 – Demais créditos e valores de longo prazo

Ajustes para Perdas Estimadas:

Conforme informado na Nota Explicativa 01, ainda não foi possível constituir a conta de Ajustes para Perdas desses créditos, uma vez que a Coordenação de Contabilidade não possui o histórico de recebimentos passados, baseado nos últimos três exercícios, conforme norma da Secretaria do Tesouro Nacional – STN, para comparar o volume efetivamente arrecadado com o volume inscrito

NOTA 04: Bens Imóveis:

A rubrica Bens Imóveis, que unifica os saldos de diversas contas contábeis, é integrante do grupo

Ativo Não Circulante, subgrupo Imobilizado, e compreende o valor dos bens imóveis, que são bens vinculados ao solo e que não podem ser retirados sem destruição ou dano, destinados ao uso e que a entidade não a esteja explorando comercialmente.

Apesar de a evolução percentual ter sido de apenas 2,09% no período, salienta-se que a evolução monetária foi de R\$ 4.552.331.658,41 (quatro bilhões, quinhentos e cinquenta e dois milhões, trezentos e trinta e um mil, seiscentos e cinquenta e oito reais e quarenta e um centavos).

Cabe lembrar que a esfera de atuação do DNIT corresponde à operação, manutenção, restauração ou reposição, adequação de capacidade e ampliação, mediante construção de novas vias e terminais, do Sistema Federal de Viação sob a jurisdição do Ministério da Infraestrutura, constituído de vias navegáveis, inclusive eclusas ou outros dispositivos de transposição hidroviária de níveis e ferrovias e rodovias federais, nos termos dos artigos 80 e 81 da Lei Federal nº 10.233, de 5 de junho de 2001.

Por isso, conforme se nota na Tabela 45, a conta “Estradas” representa 98,63% da rubrica Bens Imóveis.

Tabela 45 – Rubrica – Bens Imóveis

Conta Contábil - Valores em R\$ milhões	Saldo (Moeda Origem Conta Contábil)		ANÁLISE		
	Dec-18	Dec-17	AV %	AH %	VARIAÇÃO R\$
Imóveis residenciais / Comerciais	11,19	9,31	0,01%	20,23%	1,88
Edifícios	114,87	111,39	0,05%	3,13%	3,48
Terrenos/Glebas	534,81	39,91	0,24%	1240,13%	494,90
Armazens/Galpões	0,96	0,96	0,00%	0,00%	0
Fazenda, parques e reservas	2,27	1,61	0,00%	40,80%	0,66
Portos/estaleiros	1,36	1,36	0,00%	0,00%	0
Complexos/fábricas/usinas	16,80	16,80	0,01%	0,00%	0
Autarquias/fundações	369,77	24,77	0,17%	1393,07%	345,00
Postos de fiscalização	0,03	0,03	0,00%	0,00%	0
Outros bens imóveis registrados no SPIUNET	0,01	0,10	0,00%	-94,74%	-0,09
Imóveis residenciais/comerciais	-	0,01	0,00%		-0,01
Edifícios	1,40	0,18	0,00%	679,58%	1,22
Terrenos/Glebas	326,95	160,97	0,15%	103,11%	165,98
Estradas	219.043,50	215.790,18	98,63%	1,51%	3.253,32
Ferrovias	3,11	-	0,00%	0,00%	3,11
Obras em andamento	395,25	262,52	0,18%	50,56%	132,73
Obras em andamento - Convênios	494,49	494,49	0,22%	0,00%	0
Adiantamento para inversões em bens imóveis	0,18	-	0,00%	0,00%	0,18
Estudos e projetos	770,88	617,35	0,35%	24,87%	153,53
Instalações	5,93	3,30	0,00%	79,94%	2,64
Bens imóveis a classificar/ a registrar	0,06	6,25	0,00%	-99,01%	-6,19
Total	222.093,82	217.541,49	100,00%	2,09%	4.552,33

Nos tópicos abaixo, explicitaremos os principais registros nas contas contábeis da rubrica Bens Imóveis:

ESTUDOS E PROJETOS:

Dentro da rubrica Bens Imóveis, a conta contábil “Estudos e Projetos”, que, apesar de representar apenas 0,35% do total da rubrica, possui um saldo significativo em termos monetários – R\$ 770.876.950,39 (setecentos e setenta milhões, oitocentos e setenta e seis mil, novecentos e cinquenta reais e trinta e nove centavos) – e sua evolução no período foi de 24,87%.

De acordo com as normas da STN, esta Conta contábil deve possuir saldo apenas dos estudos e projetos que ainda estão em fase de elaboração ou aguardando a conclusão da obra. Aqueles em que a obra foi concluída, o seu saldo deverá ser baixado e incorporado no valor do imóvel, fazendo-se as devidas atualizações/registros no SPIU-NET, quando for o caso. No caso do DNIT, perto de 100% refere-se a estudos/projetos para obras rodoviárias, não sendo necessário o registro no SpiuNet, pois se tratam de Bens de Uso Comum do Povo (Bens de Infraestrutura), os quais não devem ser registrados nesse sistema.

No Gráfico 40, observa-se que, com a constante execução de despesas relacionadas a estudos e projetos, o DNIT vinha acumulando saldo nesta conta contábil nos dois últimos exercícios, sem efe-

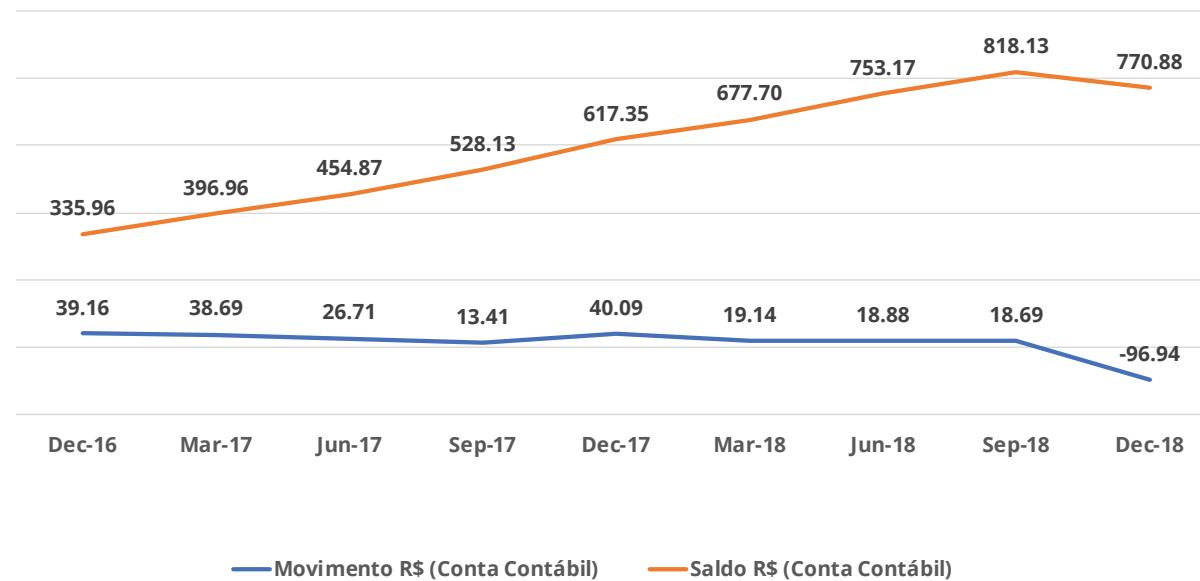


Gráfico 40 - Estudos e Projetos - Movimento e Saldo a partir de DEZ/2016 - Valores em R\$ milhões

tuar, contudo, a sua transferência para as contas de bens imóveis, como, por exemplo, para as contas contábeis “Obras em Andamento” e “Estradas”.

Após tratativas com a Diretoria de Planejamento e Pesquisa – DPP/DNIT, no encerramento do exercício de 2018, a Coordenação de Contabilidade promoveu baixas nesta conta contábil relacionadas a despesas com licenciamento ambiental, despesas com desapropriação, bem como relacionadas a projetos concluídos ou cujos contratos estejam encer-

rados ou rescindidos. Essas baixas, no total de R\$ 96.941.327,26 (noventa e seis milhões, novecentos e quarenta e um mil, trezentos e vinte e sete reais e vinte e seis centavos), reduziram o saldo da conta de R\$ 818.131.356,21 (oitocentos e dezoito milhões, cento e trinta e um mil, trezentos e cinquenta e seis reais e vinte e um centavos) para 770.876.950,39 (setecentos e setenta milhões, oitocentos e setenta e seis mil, novecentos e cinquenta reais e trinta e nove centavos), conforme Gráfico 40¹:

O desafio para 2019 será, além da continuidade da análise e apuração dos registros nessa conta contábil e, quando for o caso, realização dos devidos ajustes contábeis, a definição de critérios para controle da incorporação e baixa de saldo contábil, em observância ao princípio da oportunidade.

OBRAS EM ANDAMENTO:

A rubrica Bens Imóveis engloba, ainda, o saldo da conta contábil “Obras em Andamento”, que, durante

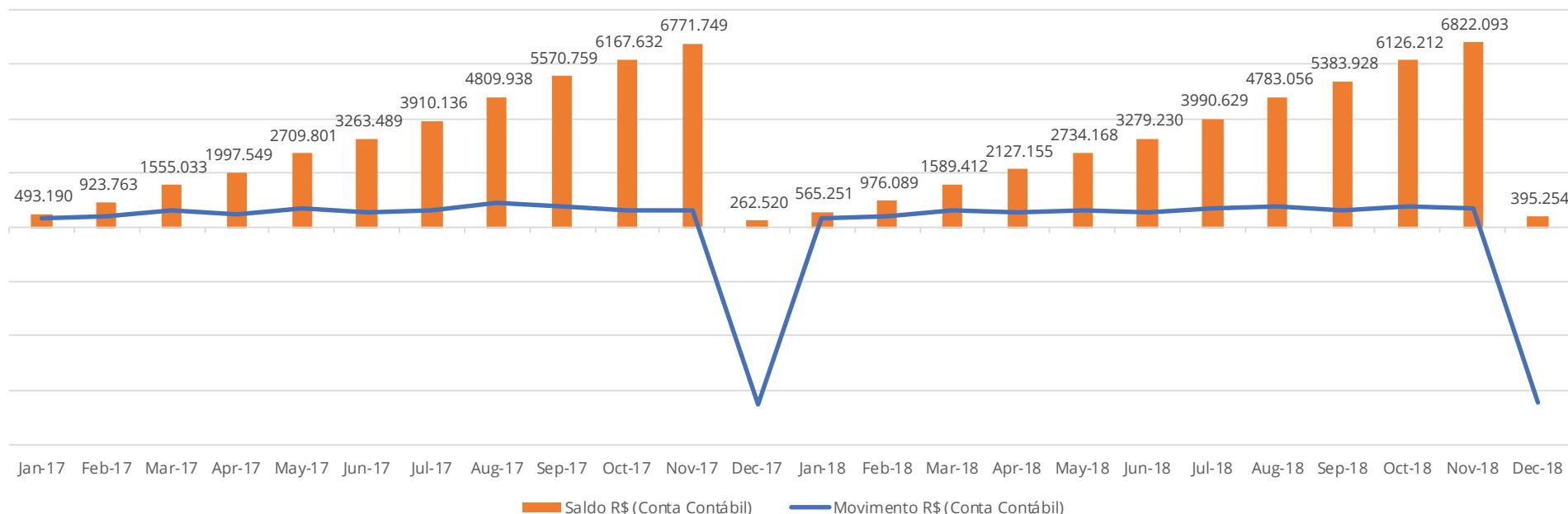
todo o exercício de 2018, foi alimentada por lançamentos contábeis referentes a execução de serviços de construção, manutenção, conservação, de rodovias federais, além de outros serviços, como obras relativas aos modais aquaviários e ferroviários.

Ao final do exercício, de posse do levantamento do valor patrimonial da malha rodoviária federal, elaborado pela Diretoria de Planejamento e Pesquisa – DPP/DNIT, e de normas contábeis editadas

pela Secretaria do Tesouro Nacional – STN, realizou-se a transferência do saldo dessa conta para a conta contábil “Estradas”, no caso das rodovias que tiveram acréscimo no seu valor patrimonial.

No Gráfico 41, demonstra-se a evolução do saldo e dos movimentos desta conta contábil durante os exercícios de 2017 e 2018.

Gráfico 41 - Obras em andamento- Movimento e Saldo - Valores em R\$ milhões



Nota-se que, no exercício de 2018, a execução de despesas com Obras em Andamento foi ligeiramente superior à de 2017. No final do período de 2018, antes da baixa desta conta contábil (30/11/2018), seu saldo acumulado era de R\$ 6.822.092.893,61 (seis bilhões, oitocentos e vinte e dois milhões, noventa e dois mil, oitocentos e noventa e três reais e sessenta e um centavos), contra R\$ 6.771.749.292,91 (seis bilhões, setecentos e setenta e um milhões, setecentos e quarenta e nove mil, duzentos e noventa e dois reais e noventa e um centavos) em 2017, uma variação de 0,74% no período.

Do saldo existente na conta Obras em Andamento, no final do exercício de 2018, relacionado a obras rodoviárias, o montante de R\$ 7.098.513.785,50 (sete bilhões, noventa e oito mi-

lhões, quinhentos e treze mil, setecentos e oitenta e cinco reais e cinquenta centavos) foi transferido para a conta "Estradas", especificamente para aquelas rodovias federais que tiveram aumento de seu valor patrimonial.

Destaca-se que, no encerramento do exercício de 2018, a conta Obras em Andamento não possuía saldo suficiente para transferência à conta Estradas. Dessa forma, além de receber o saldo de "Obras em Andamento", a conta "Estradas" teve de ser incorporada mediante uma Variação Patrimonial Aumentativa – VPA (receita) de incorporação de ativos.

O saldo remanescente de R\$ 165.623.317,11 (cento e sessenta e cinco milhões, seiscentos e vinte e três mil, trezentos e dezessete reais e onze

centavos) da conta refere-se a obras ferroviárias e aquaviárias, que aguardam definição das Diretorias de Infraestrutura Ferroviária e Aquaviária – DIF e DAQ para que seja realizada a transferência para os respectivos bens imóveis ou baixados contra o resultado de exercícios anteriores.

ESTRADAS (Rodovias):

A conta contábil "Estradas" registra o valor patrimonial das Rodovias Federais, o qual é definido com base em metodologia da Diretoria de Planejamento e Pesquisa – DPP/DNIT, já utilizada em anos anteriores, que emprega como referência o Custo Médio Gerencial – CMG², que contabilmente pode ser entendido como o Valor Justo³ estimado com base no Custo de Reposição⁴, e o Índice de Condi-

2 **"CMG – Custo Médio Gerencial** – Estabelece custos estimativos, para uso em nível de planejamento, de empreendimentos em infraestrutura de transportes, para implantação, adequação, restauração, reconstrução, manutenção, sinalização, projetos, estudos de viabilidade, estudos ambientais, desapropriação, Obras de Arte Especiais – OAE, referentes às obras rodoviárias, bem como custos de empreendimentos do modal ferroviário. Os referidos custos são atualizados, bimestralmente, de acordo com a divulgação do [último SICRO-2](#) disponível. Os insumos asfálticos são atualizados pelos valores fornecidos pela ANP. A planilha divulgada refere-se ao Estado de Minas Gerais." (Disponível em: <http://www.dnit.gov.br/custos-e-pagamentos/custo-medio-gerencial>).

3 **"Valor justo** (fair value) é o valor pelo qual um ativo pode ser intercambiado ou um passivo pode ser liquidado entre partes interessadas que atuam em condições independentes e isentas ou conhecedoras do mercado" (MCASP 8^a edição, Parte II, página 160). De acordo com o MCASP, "Caso não haja evidências baseadas no mercado para atribuição do valor justo, pelo fato da natureza especializada do item do ativo imobilizado, a entidade pode precisar estimar o valor justo usando, por exemplo, o custo de reprodução (replicação), o custo de reposição depreciado, o custo de restauração ou a abordagem de unidades de serviço."

4 "3.3.1.1 O **custo de reposição depreciado** é mensurado como a reprodução ou substituição do ativo, o que for mais baixo, menos a depreciação acumulada calculada com base neste custo para refletir o potencial de serviço já consumido ou esgotado do ativo.". (Manual do SIAFI, Macrofunção 020300, Assunto 020334 - Bens De Infraestrutura e do Patrimônio Cultural, item 3.3.1.1)

ção de Superfície – ICS5, como o índice de depreciação desse Ativo.

É considerado patrimônio rodoviário toda a malha rodoviária federal, que engloba as rodovias federais pavimentadas, não pavimentadas, concedidas e conveniadas (documento SEI 2300590).

Assim, o valor patrimonial total estimado para o ano de 2018 da Malha Rodoviária Federal (Pavimentada e Não-Pavimentada) de R\$ 219.043.501.425,48 (duzentos e dezenove bilhões, quarenta e três milhões, quinhentos e um mil, quatrocentos e vinte e cinco reais e quarenta e oito centavos), representa um aumento de 1,49% em relação ao valor estimado em 2017, que, em termos monetários, representou uma evolução de R\$ 3.253.316.425,48 (três bilhões, duzentos e cinquenta e três milhões, trezentos e dezesseis mil, quatrocentos e vinte e cinco reais e quarenta e oito centavos) no período; resultado da diferença entre: (i) o montante total das rodovias que tiveram acréscimo no seu valor patrimonial – R\$ 10.105.836.558,07 (dez bilhões, cento

e cinco milhões, oitocentos e trinta e seis mil, quinhentos e cinquenta e oito reais e sete centavos); e (ii) o montante total das rodovias que tiveram perda de valor patrimonial – R\$ 6.852.520.132,58 (seis bilhões, oitocentos e cinquenta e dois milhões, quinhentos e vinte mil, cento e trinta e dois reais e cinquenta e oito centavos).

Ressalta-se que este valor refere-se apenas ao corpo estradal, não considerando as Obras de Artes Especiais - OAE, Obras de Arte Correntes - OAC, interseções e as terceiras faixas⁶.

Constatou-se que as variações no valor patrimonial estão associadas principalmente aos seguintes fatores⁷:

Rodovias com aumento no valor patrimonial:

a.1) sem alteração na sua extensão, mas com melhora de condição de trechos;

a.2) com aumento na extensão e melhora da condição de trechos;

Rodovias com redução no valor patrimonial:

b.1) sem alteração na sua extensão, mas com piora da condição de trechos;

b.2) com redução da extensão da malha e piora da condição de trechos.

Na Tabela 46, demonstra-se a evolução da malha federal por estado, tanto naqueles em que foram registradas incorporações, como naqueles em que houve uma redução do valor patrimonial, ressaltando que o valor representa a diferença entre o total das rodovias que tiveram acréscimo no seu valor patrimonial e das rodovias que tiveram perda de valor patrimonial.

5 “**ICS** é um parâmetro que permite definir a condição geral da superfície do pavimento, através da compilação do Índice de Irregularidade Longitudinal (IRI) e do Índice de Gravidade Global (IGG). Ele classifica a superfície em BOA, REGULAR e RUIM, sendo o índice atualmente utilizado para definir a depreciação do patrimônio, conforme metodologia aprovada pela Diretoria Colegiada do DNIT”

6 documento SEI 2297789

7 documento SEI 2300590

Tabela 46 – Valor patrimonial da malha rodoviária - Valores em R\$ milhões

UF	Diferença de 2018 - 2017			
	Patrimônio 2018 (R\$)	Patrimônio 2017(R\$)	Patrimônio2018-2017(R\$)	Patrimônio 2018-2017 (%)
AC Total	2.906	2.495,93	409,80	14,10%
AL Total	2.619	2.507,80	110,87	4,23%
AM Total	4.124	3.816,48	307,74	7,46%
AP Total	2.118	2.039,42	78,14	3,69%
BA Total	19.539	18.397,44	1.141,85	5,84%
CE Total	6.965	6.746,56	218,71	3,14%
DF Total	1.011	967,23	43,56	4,31%
ES Total	3.129	3.188,36	-59,34	-1,90%
GO Total	11.956	12.545,35	-589,79	-4,93%
MA Total	9.004	8.938,94	65,31	0,73%
MG Total	27.554	28.517,47	-963,97	-3,50%
MS Total	10.852	10.589,78	262,65	2,42%
MT Total	13.856	13.224,82	631,00	4,55%
PA Total	10.693	10.695,41	-2,22	-0,02%
PB Total	4.741	4.637,34	103,55	2,18%
PE Total	7.981	7.377,67	603,73	7,56%
PI Total	8.677	8.486,79	190,67	2,20%
PR Total	13.856	13.774,67	81,00	0,58%
RJ Total	6.987	6.777,84	209,04	2,99%
RN Total	5.065	4.902,79	162,39	3,21%
RO Total	5.605	5.975,80	-370,82	-6,62%
RR Total	4.088	3.979,59	108	2,64%
RS Total	15.607	15.967,89	-360,87	-2,31%
SC Total	8.071	7.417,71	653,37	8,10%
SE Total	1.105	1.031,68	73,25	6,63%
SP Total	5.504	5.293,77	209,82	3,81%
TO Total	5.431	5.495,65	-64,24	-1,18%
Total	219.044	215.790,18	3.253,32	1,49%

Até o encerramento do exercício 2018, o DNIT ainda não havia realizado o reconhecimento e a mensuração dos ativos de infraestrutura referentes às ferrovias e hidrovias sob sua jurisdição. No entanto, a Coordenação de Contabilidade vem realizando reuniões internas, com representantes da Diretoria de Infraestrutura Aquaviária – DAQ e Diretoria de Infraestrutura Ferroviária – DIF, e com Técnicos da Secretaria do Tesouro Nacional – STN com o intuito de elaborar uma metodologia para a avaliação desses bens⁸.

8 Processos 50600.027686/2016-61, 50600.027687/2016-13 e 50600.011731/2018-27

TERRENOS E GLEBAS:

Atualmente, o DNIT não possui um documento único ou sistema de registro de terrenos de faixas de domínio. Existem registros realizados diretamente no SIAFI em conta contábil de Terrenos e Glebas, não registrados no Sistema de Gerenciamento dos Imóveis de Uso Especial da União – SPIUnet, atendendo ao disposto no § 2º¹ do artigo 3º da Portaria Conjunta STN/SPU nº 703, de 10 de dezembro de 2014, no montante de R\$ 326.948.303,63 (trezentos e vinte e seis milhões, novecentos e quarenta e oito mil, trezentos e três reais e sessenta e três centavos), conforme Tabela 45 – Registros na rubrica Bens Imóveis, conta contábil 12321.0203.

Existem terrenos provenientes de desapropriação registrados no SPIUnet também como Terrenos e Glebas, mas na conta contábil 12321.0103, no montante de 534.807.273,38 (quinhentos e trinta e quatro milhões, oitocentos e sete mil, duzentos e setenta e três reais e trinta e oito centavos) e como Fazendas, Parque e Reservas, na conta contábil 12321.0109, no montante de R\$ 2.266.091,92 (dois milhões, duzentos e sessenta e dois mil, noventa e um reais e noventa e dois centavos).

Além dos imóveis registrados diretamente no SIAFI e os registrados no SPIUnet, o DNIT ainda possui a tarefa de realizar o levantamento e a regularização de todos os terrenos de faixa de domínio das malhas rodoviária e ferroviária federais.

O Programa Federal de Faixas de Domínio – PROFAIXA tem a função de desenvolver um sistema de identificação e caracterização das faixas de domínio das rodovias federais integrantes do SNV sob administração do DNIT.

“Desde a extinção do Departamento Nacional de Estradas de Rodagem (DNER) e a criação do DNIT, em 2001, as áreas destinadas às faixas de domínio foram administradas pela Secretaria de Patrimônio da União (SPU). O prazo para a conclusão dos serviços de identificação e regularização, de acordo com o decreto, é de 20 anos. O programa permite solucionar um passivo patrimonial existente desde a década de 1950, quando o órgão responsável pela infraestrutura de transporte rodoviário federal era o DNER”².

A Coordenação de Contabilidade solicitou, por meio da Nota Técnica nº: 5082/2018/CONTAB/CGOF/DAF/DNIT (documento SEI nº 1867086³) que a Diretoria de Planejamento e Pesquisa – DPP realizasse a mensuração dos valores dos terrenos de rodovias e ferrovias, apresentando esses valores separadamente para fins de contabilização, haja vista que esses bens, ao contrário das rodovias, não sofrem depreciação e devem ser contabilizados separadamente.

1 “§ 2º Os bens imóveis correspondentes a rodovias e ferrovias federais, bem como os demais bens atípicos que não possam ser discriminados fisicamente ou cadastrados nos sistemas corporativos da SPU conforme as regras atuais, poderão ser contabilizados diretamente no Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal - SIAFI.”

2 Disponível em: <http://www.dnit.gov.br/planejamento-e-pesquisa/desapropriacao-e-reassentamento/profaixa>

3 Processo 50600.021188/2018-76

BENS IMÓVEIS REGISTRADOS NO SPIUNET:

No período analisado, os bens imóveis registrados no SPIUnet apresentaram uma evolução total de 410,14%. O saldo, que em 31/12/2017 era de R\$ 206.231.181,99 (duzentos e seis milhões, duzentos e trinta e um mil, cento e oitenta e um reais e noventa e nove centavos), saltou para R\$ 1.052.064.193,82 (um bilhão, cinquenta e dois milhões, sessenta e quatro mil, cento e nove-

ta e três reais e oitenta e dois centavos); uma variação monetária de R\$ 845.833.011,83 (oitocentos e quarenta e cinco milhões, oitocentos e trinta e três mil, onze reais e oitenta e três centavos), devida especialmente a incorporação de terrenos/glebas (R\$ 494.900.093,43) e registro do edifício Sede do DNIT Brasília R\$ 345.000.000,00), conforme Tabela 47.

Tabela 47 - Bens imóveis registrados no SPIUNET

Conta Contábil - Valores em R\$ milhões	SALDO		ANÁLISE		
	Dec-18	Dec-17	AV %W	AH %	VARIAÇÃO R\$
Imovéis residenciais / Comerciais	11,19	9,31	1,06%	20,23%	1,88
Edifícios	114,87	111,39	10,92%	3,13%	3,48
Terrenos/Glebas	534,81	39,91	50,83%	1240,13%	494,90
Armazens/Galpões	0,96	0,96	0,09%	0,00%	0
Fazenda, parques e reservas	2,27	1,61	0,22%	40,80%	0,66
Portos/estaleiros	1,36	1,36	0,13%	0,00%	0
Complexos/fábricas/usinas	16,80	16,80	1,60%	0,00%	0
Autarquias/fundações	369,77	24,77	35,15%	1393,07%	345,00
Postos de fiscalização	0,03	0,03	0,00%	0,00%	0
Outros bens imóveis registrados no SPIUNET	0,01	0,10	0,00%	-94,74%	-0,09
Total	1.052,06	206,23	100%	410,14%	845,83

O aumento de 1.240,13% no saldo de terrenos/glebas registrados no SPIUnet ocorreu em sua maioria na Superintendência Regional do DNIT no Estado do Paraná – SR/DNIT/PR, conforme tabela 48 principalmente em virtude de um registro no valor de R\$ 481.897.710,62 (quatrocentos e oitenta e um mi-

lhões, oitocentos e noventa e sete mil, setecentos e dez reais e sessenta e dois centavos), relacionado ao RIP 7535004335000, vinculado à BR-116, antiga BR-476 (Contorno Sul de Curitiba).

Tabela 48 - Bens imóveis registrados no SPIUNET (SR-PR)

Conta Contábil - Valores em R\$ milhões	Dec-18			Dec-17		
	CUSTO (R\$)	DEPRECIAÇÃO (R\$)	VALOR LÍQUIDO (R\$)	CUSTO (R\$)	DEPRECIAÇÃO (R\$)	VALOR LÍQUIDO (R\$)
Aparelhos de medição e orientação	6,60	-1,15	5,45	5,86	-0,80	5,19
Aparelhos e equipamentos de comunicação	7,19	-0,49	6,70	7,08	-0,33	7,22
Equipam/utensilios medicos,odontolab e hosp	0,07	-0,01	0,06	0,07	-0,01	0,06
Aparelho e equipamento p/esportes e diversos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Equipamento de protecao, segurança e socorro	3,46	-0,14	3,33	3,43	-0,11	3,34
Maquinas e equipamentos industriais	0,02	-0,00	0,02	0,02	-0,00	0,02
Maquinas e equipamentos energeticos	4,57	-1,66	2,91	4,36	-1,36	3,83
Maquinas e equipamentos graficos	0,36	-0,04	0,32	0,37	-0,03	0,48
Maquinas, ferramentas e utensilios de oficina	0,08	-0,01	0,06	0,09	-0,01	0,11
Equipamentos, pecas e acessorios p/automoveis	0,07	-0,05	0,02	0,11	-0,05	0,12
Equipamentos, pecas e acessorios maritimos	0,11	-0,01	0,10	0,11	-0,01	0,10
Equipamentos de manobras e patrulhamento	0,05	-0,01	0,04	0,06	-0,01	0,06
Maquinas e utensilios agropecuario/rodovario	0,10	-0,06	0,04	0,10	-0,05	0,08
Equipamentos hidraulicos e eletricos	0,13	-0,04	0,10	0,13	-0,03	0,14
Maquinas e equipamentos eletro-eletronicos	0,01	0,00	0,01	0,00	0,00	0,00
Maquinas, utensilios e equipamentos diversos	0,87	-0,20	0,70	0,63	-0,15	0,62
Equip de tecnolog da infor e comunicacao/tic	93,01	-48,57	45,03	82,85	-38,95	49,93
Aparelhos e utensilios domesticos	7,12	-2,11	5,01	7,11	-1,68	6,77
Maquinas e utensilios de escritorio	0,19	-0,03	0,16	0,69	-0,02	0,73
Mobiliario em geral	64,02	-13,84	50,21	58,21	-10,24	50,39
Colecoes e materiais bibliograficos	0,22	-0,05	0,17	0,22	-0,04	0,19
Discotecas e filmotecas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Instrumentos musicais e artisticos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Equipamentos para audio, video e foto	1,79	-0,39	1,47	1,60	-0,32	1,48
Obras de arte e pecas para exposicao	0,16	0,00	0,16	0,16	0,00	0,17
Veiculos em geral	0,33	-0,00	0,32	0,10	-0,00	0,17
Veiculos ferroviarios	22,42	0,00	22,42	22,49	0,00	44,31
Veiculos de tracao mecanica	59,74	-11,43	48,31	60,03	-9,30	53,45
Aeronaves	0,01	-0,00	0,01	0,01	0,00	0,02
Embarcacoes	0,20	0,00	0,20	0,20	0,00	0,20
Armamentos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Bens em poder de outra unidade ou terceiros	18,78	-0,07	18,71	18,70	-0,07	18,63
Pecas nao incorporaveis a imoveis	20,12	-0,93	19,20	13,81	-0,33	13,54
Material de uso duradouro	0,34	0,00	0,41	0,30	0,00	0,33
Outros bens moveis	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total	312,24	-81,29	230,95	288,92	-63,88	225,05

DEPRECIAÇÃO E AMORTIZAÇÃO ACUMULADAS, REAVALIAÇÃO E REDUÇÃO A VALOR RECUPERÁVEL DO IMOBILIZADO:

Os bens móveis são reconhecidos inicialmente com base no seu valor de aquisição, produção ou construção, ou seja, pelo seu custo, inclusive os gastos adicionais ou complementares, conforme princípios e normas contábeis.

A depreciação dos bens móveis é calculada pelo método das quotas constantes e levam em consideração o valor residual, a vida útil econômica e as taxas de depreciação estabelecidas na Macrofunção 02.03.30.

Em relação à Reavaliação de Bens adquiridos em períodos anteriores a 2010, que advém das mudanças na Contabilidade Aplicada ao Setor Público, resultando em uma mudança conceitual nessa área da Ciência Contábil, que passa a dar ênfase mais ao patrimônio público, como objeto da contabilidade, do que ao orçamento público, cabe registrar o seguinte histórico:

Como a administração pública, até o exercício de 2009, não praticava as técnicas contábeis de depreciação e amortização, o valor contábil dos bens adquiridos até esse exercício pode não espelhar atualmente o seu Valor Justo; é o que ocorre hoje no DNIT.

Com isso, é necessário que, antes da aplicação da depreciação e amortização dos bens móveis, seja realizado um ajuste a valor justo (Reavaliação) dos bens adquiridos antes de 2010, em obediência às normas contábeis emanadas pela Secretaria do Tesouro Nacional – STN, como órgão Central de Contabilidade Federal, em especial a Macrofunção 020330 do Manual do Siafi.

Nessa senda, esta Coordenação de Contabilidade vem instando as áreas responsáveis pelo patrimônio do DNIT, bem como alertando sua Diretoria sobre a necessidade de se realizar a Reavaliação e/ou Redução ao Valor Recuperável dos bens móveis adquiridos antes de 2010.

Com isso, no exercício de 2017, a Coordenação de Administração Patrimonial – COPATR/CGLOG do DNIT elaborou uma minuta de Instrução de Serviços, que se encontra no processo administrativo nº 50600.008527/2012-33, para padronizar a metodologia a ser utilizada por todas as unidades desta Autarquia e definir o prazo para a realização dos procedimentos.

Em 25 de janeiro de 2018, foi publicada a Instrução de Serviço nº 02, de 24 de janeiro de 2018, que estabeleceu, em seu art. 3º, o prazo de um ano, a contar da data de publicação desse instrumento, para que

os Grupos de Trabalho constituídos em atendimento à Portaria DG nº 954, de 22/07/2015, realizem o levantamento de toda a situação patrimonial e o ajuste a valor justo dos bens adquiridos antes de 2010.

No DNIT, o controle patrimonial dos bens móveis é realizado no Sistema Citsmart GRP, que, desde sua implantação, vem apresentando inconsistências, mas nos aspectos mais relevantes, os registros contábeis dos bens móveis no SIAFI representam fidedignamente os Relatórios de Movimentação Mensal de Bens Móveis e Intangíveis – RMMBI e de Movimentação de Almoxarifado – RMMA e sua composição está distribuída conforme Tabela 49.

Tabela 49 – Bens móveis 2017 X 2018

Conta Contábil - Valores em R\$ milhões	Dec-18			Dec-17		
	CUSTO (R\$)	DEPRECIAÇÃO (R\$)	VALOR LÍQUIDO (R\$)	CUSTO (R\$)	DEPRECIAÇÃO (R\$)	VALOR LÍQUIDO (R\$)
Aparelhos de medição e orientação	6,60	-1,15	5,45	5,86	-0,80	5,19
Aparelhos e equipamentos de comunicação	7,19	-0,49	6,70	7,08	-0,33	7,22
Equipam/utensilios medicos,odontolab e hosp	0,07	-0,01	0,06	0,07	-0,01	0,06
Aparelho e equipamento p/esportes e diversos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Equipamento de protecao, segurança e socorro	3,46	-0,14	3,33	3,43	-0,11	3,34
Maquinas e equipamentos industriais	0,02	-0,00	0,02	0,02	-0,00	0,02
Maquinas e equipamentos energeticos	4,57	-1,66	2,91	4,36	-1,36	3,83
Maquinas e equipamentos graficos	0,36	-0,04	0,32	0,37	-0,03	0,48
Maquinas, ferramentas e utensilios de oficina	0,08	-0,01	0,06	0,09	-0,01	0,11
Equipamentos, pecas e acessorios p/automoveis	0,07	-0,05	0,02	0,11	-0,05	0,12
Equipamentos, pecas e acessorios maritimos	0,11	-0,01	0,10	0,11	-0,01	0,10
Equipamentos de manobras e patrulhamento	0,05	-0,01	0,04	0,06	-0,01	0,06
Maquinas e utensilios agropecuario/rodovario	0,10	-0,06	0,04	0,10	-0,05	0,08
Equipamentos hidraulicos e eletricos	0,13	-0,04	0,10	0,13	-0,03	0,14
Maquinas e equipamentos eletro-eletronicos	0,01	0,00	0,01	0,00	0,00	0,00
Maquinas, utensilios e equipamentos diversos	0,87	-0,20	0,70	0,63	-0,15	0,62
Equip de tecnolog da infor e comunicacao/tic	93,01	-48,57	45,03	82,85	-38,95	49,93
Aparelhos e utensilios domesticos	7,12	-2,11	5,01	7,11	-1,68	6,77
Maquinas e utensilios de escritorio	0,19	-0,03	0,16	0,69	-0,02	0,73
Mobiliario em geral	64,02	-13,84	50,21	58,21	-10,24	50,39
Colecoes e materiais bibliograficos	0,22	-0,05	0,17	0,22	-0,04	0,19
Discotecas e filmotecas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Instrumentos musicais e artisticos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Equipamentos para audio, video e foto	1,79	-0,39	1,47	1,60	-0,32	1,48
Obras de arte e pecas para exposicao	0,16	0,00	0,16	0,16	0,00	0,17
Veiculos em geral	0,33	-0,00	0,32	0,10	-0,00	0,17
Veiculos ferroviarios	22,42	0,00	22,42	22,49	0,00	44,31
Veiculos de tracao mecanica	59,74	-11,43	48,31	60,03	-9,30	53,45
Aeronaves	0,01	-0,00	0,01	0,01	0,00	0,02
Embarcacoes	0,20	0,00	0,20	0,20	0,00	0,20
Armamentos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Bens em poder de outra unidade ou terceiros	18,78	-0,07	18,71	18,70	-0,07	18,63
Pecas nao incorporaveis a imoveis	20,12	-0,93	19,20	13,81	-0,33	13,54
Material de uso duradouro	0,34	0,00	0,41	0,30	0,00	0,33
Outros bens moveis	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total	312,24	-81,29	230,95	288,92	-63,88	225,05

Em relação aos bens Imóveis, regista-se que a Malha Rodoviária Federal, como bem de uso comum, não sofre a depreciação sistemática por não possuir vida útil determinada, sendo anualmente reavaliada pelo seu custo de reposição depreciado, conforme Nota 1.1.2.4.3.

Sobre os demais Bens Imóveis, as diretrizes para o cálculo e reconhecimento da depreciação, reavaliação, bem como da redução ao valor recuperável estão descritas na Portaria Conjunta STN/SPU n 03, de 10 de dezembro de 2014, e nas Macrofunções 02.03.30 e 02.03.35 do Manual SIAFI.

NOTA 05: INTANGÍVEIS

Na rubrica Intangíveis, do Ativo Intangível, o DNIT possuía em 31/12/2018 o valor contábil líquido de R\$ 92.718.698,29 (noventa e dois milhões, setecentos e dezoito mil, seiscentos e noventa e oito reais e vinte e nove centavos), referente a softwares, conforme listado na Tabela 50, separados por Unidade Gestora e classificação de vida útil (definida/indefinida) e na Tabela 51, que consta os principais contratos de softwares (em valor) do DNIT.

Tabela 50 - Softwares

UG Executora	Conta Contábil	SALDO (R\$) - Valores em R\$ milhões		ANÁLISE - Valores em R\$ milhões		
		Dec-18	Dec-17	AV %	AH %	Variação
DNIT - Sede	Softwares (vida útil definida)	63,53	59,24	68,51%	7,25%	4,29
	Softwares (vida útil indefinida)	29,18	22,72	31,47%	28,39%	6,45
SRE/RS	Softwares (vida útil indefinida)	0,00	0,00	0,00%	0,00%	0,00
SRE/RN	Softwares (vida útil definida)	0,02	0,02	0,03%	14,88%	0,00
	Amortização acumulada - CONTAS 1241101XX	-0,01	-0,01	-0,01%	32,44%	-0,00
	Redução ao valor recuperável - Softwares	-0,01	-0,01	-0,01%	0,00%	0,00
SRE/PR	Softwares (vida útil definida)	0,01	0,01	0,00%	0,00%	0,00
	Amortização acumulada - Contas 1241101XX	-0,00	-0,00	-0,01%	19,72%	-0,00
Total		92,72	81,97	100,00%	13,11%	10,75

Tabela 51 - Principais contratos de softwares do DNIT

Contrato nº	Empresa	Objeto	Valor Contabilizado - Valores em R\$ milhões	Vida Util
907/2015	VERT SOLUÇÕES EM INFORMÁTICA LTDA	Aquisição de licença e implantação de serviço de garantia por 36 meses para ed. sede DNIT.	29,70	Definida
885/2015	ALLEN RIO SERV. COM. DE PROD. DE INF. LTDA	Renovação e fornecimento de licença de software para Sede DNIT	15,22	Definida
504/2016	N2O TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO LTDA	"Solução de Gerenciamento de Contratos Administrativos, incluindo a aquisição de licenças de uso e a prestação de serviços afins de instalação, Treinamento de Usuários, Serviços de Suporte Técnico e Manutenção e Serviços de Apoio Estratégico"	11,69	Indefinida
830/2015	T&S TELEMÁTICA ENGENHARIA E SISTEMAS LTDA	Softwares para ampliação da Central Telefônica do DNIT/Sede, Superintendências Regionais, Administrações Hidroviárias E Unidades Locais.	8,86	Indefinida
786/2012	BUSINESS TO TECHNOLOGY CONSULTORIA E ANALISE DE SISTEMAS LTDA	Fornecimento de solução OLAP, licenciamento de softwares micro-strategy, serviços de instalação e técnicos.	7,32	Definida
SOMA			72,80	

Fonte: SIAFI Operacional

Ressalta-se que o DNIT/Sede (UG 393003) não está realizando a amortização ou Redução a Valor Recuperável de seus Softwares com Vida Útil Definida, apesar das solicitações realizadas pela Coordenação de Contabilidade às áreas competentes¹, o que pode estar causando uma superavaliação do Ativo desta entidade.

Ainda, os ativos intangíveis do DNIT com vida útil indefinida, que, por sua definição, não são amortizados, não estão sendo testados anualmente em relação a perdas por redução ao valor recuperável, com exceção da UG 393021, que realizou esse procedimento. Além disso, a avaliação de vida útil indefinida deve ser revisada anualmente para determinar se essa avaliação continua a ser justificável, procedimento que também não vem sendo realizado nesta Autarquia.

Coordenação de Contabilidade vem realizando tratativas com a Coordenação Geral de Tecnologia da Informação – CGTI a fim de identificar e mensurar os softwares ainda não contabilizados por esta Autarquia².

1 Processo 50600.005343/2016-45

2 Processo 50600.005343/2016-45

NOTA 06: FORNECEDORES E CONTAS A PAGAR NACIONAIS A CURTO PRAZO

Representando 46,36% do passivo exigível do DNIT, a rubrica “Fornecedores e Contas a Pagar Nacionais a Curto Prazo” apresentou uma redução de 26,53% no seu saldo, ou seja, R\$ 37.026.614,49 (trinta e sete milhões, vinte e seis mil, seiscentos e quatorze reais e quarenta e nove centavos) no período analisado, apesar de ter havido lançamentos a débito e a crédito nessa rubrica, ou seja, o registro de assunção e pagamento de obrigações.

Na tabela 52 listamos os 40 maiores credores (de um total de 241, de acordo com o Tesouro Gerencial) do DNIT em volume de crédito registrados na conta contábil “Contas a Pagar Credores Nacionais”, em 31/12/2018, que respondem por 86,48% do valor total dessa rubrica.\

Tabela 52 – Fornecedores e conta a pagar - Valores em R\$ milhões

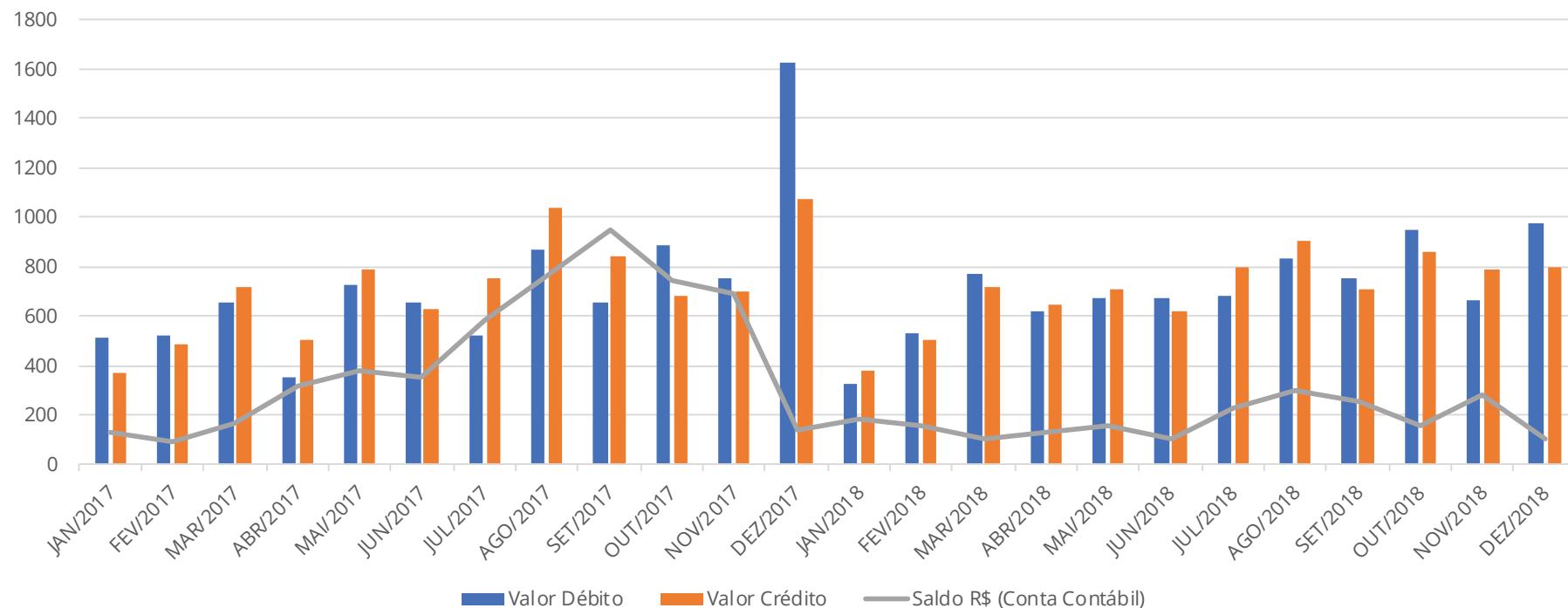
Fornecedor	Saldo R\$ Dec-18
PRECATORIOS EXPEDIDOS JF E JT 33909100 - PR033DNIT	23,30
PRECATORIOS DA JF - 459091 - PR045DNIT	7,54
SULTEPA CONSTRUOES E COMERCIO LTDA - EM RECUPERACAO JU	4,41
TRIER ENGENHARIA S/A	3,70
NEOVIA INFRAESTRUTURA RODOVIARIA LTDA	3,22
MAC ENGENHARIA LTDA	3,18
EIT EMPRESA INDUSTRIAL TECNICA SA	3,07
CONSORCIO CONSTRUTOR BR-163	2,66
CCM-CONSTRUTORA CENTRO MINAS LTDA	2,59
LCM CONSTRUCAO E COMERCIO S.A	2,47
EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELEGRAFOS	2,18
CENTRAL IT TECNOLOGIA DA INFORMACAO LTDA	2,01
SULCATARINENSE MIN ARTEF DE CIM BRIT E CONSTRUOES LTDA	1,99
SETEP CONSTRUOES S.A	1,91
CONSTRUTORA SANCHES TRIPOLONI LTDA	1,54
CASTILHO ENGENHARIA E EMPREENDIMENTOS S/A	1,51
SERVENG CIVILSAN S A EMPRESAS ASSOCIADAS DE ENGENHARIA	1,36
CONSTRUTORA CONTINENTAL DE SAO PAULO LTDA	1,26
J NASSER ENGENHARIA LTDA	1,21
CONSTRUTORA ZAG LTDA	1,14
GEOSONDA SA	1,08
CONSTRUTORA CENTRO LESTE ENGENHARIA LTDA	1,06
IECSA S/A	1,01
COPLAN CONSTRUTORA PLANALTO LTDA	1,00
ETEL - estadoUDOS TECNICOS LTDA	0,97
PAVIMAX CONSTRUOES LTDA	0,95
HHTEC COMERCIO E SERVICOS EIRELI	0,92
BOLOGNESI ENGENHARIA LTDA	0,81
MASENG MEIO AMBIENTE E SINALIZACAO EIRELI	0,76
SKILL ENGENHARIA LTDA	0,73
RODOCON CONSTRUOES RODOVIARIAS LTDA	0,72
A G O ENGENHARIA DE OBRAS LTDA	0,71
DELTA CONSTRUOES S.A	0,70
CONSTRUTORA ATERPA S/A.	0,61
STE SERVICOS TECNICOS DE ENGENHARIA SA	0,59
CONSTRUTORA VISOR LTDA	0,59
PLANNUS ENGENHARIA LTDA - EPP	0,58
FAIXA SINALIZACAO VIARIA LTDA	0,57
ALIANCA COOPERATIVISTA NACIONAL UNIMED - CONFEDERACAO D	0,55
SINALIZADORA PAULISTA CONSTRUCAO E SINALIZACAO LTDA	0,55
CFA CONSTRUOES TERRAPLENAGEM E PAVIMENTACAO LTDA	0,49
TESCON ENGENHARIA LTDA	0,47
SOMA A (40 maiores fornecedores)	88,68
SOMA B (40 maiores fornecedores EXCLUÍDOS os Precatórios)	57,83

Incluso na rubrica "Fornecedores e Contas a Pagar Credores Nacionais" tem-se o registro de R\$ 23.304.725,64 (vinte e três milhões, trezentos e quatro mil, setecentos e vinte e cinco reais e sessenta e quatro centavos) de Precatórios no Grupo de Natureza de Despesa – GND 33.90.91.00 e R\$ 7.541.005,90 (sete milhões, quinhentos e quarenta e um mil, cinco reais e noventa centavos) de precatórios no GND 45.90.91.00, referentes à Lei Orçamentária Anual – LOA 2018.

Conforme orientação da Secretaria do Tesouro Nacional – STN, esses valores a pagar de Precatórios da LOA 2018 serão baixados no encerramento do exercício 2019, prazo limite para o pagamento desses valores.

A título de ilustração, no Gráfico 42, demonstra-se a evolução do saldo dessa rubrica nos últimos dois exercícios, comparado ao movimento da conta "Fornecedores e Contas a Pagar Credores Nacionais".

Gráfico 42 - Fornecedores a pagar - Movimento e Saldo - Valores em R\$ milhões



NOTA 07: DEMAIS OBRIGAÇÕES A CURTO PRAZO

A rubrica “Outras Obrigações a Curto Prazo”, que representa 15,18% do Passivo Exigível da Autarquia, teve um acréscimo de 613,92% na comparação dos dois períodos, ocasionado principalmente pelo registro de obrigações a pagar de Precatórios no valor de R\$

Tabela 53 - Outras Obrigações a Curto Prazo

Conta Contábil	Saldo R\$ (Conta Contábil) - Valores em R\$ milhões	
	Dec-18	Dec-17
Indenizações, restituições e compensações	0,22	4,70
Diárias a pagar	0,00	0,00
Precatório de terceiros	33,37	-
Fatura - Cartão de pagamento do Governo Federal	0,00	0,00
Total	33,59	4,70

Tabela 54 - Outras obrigações – Precatórios

Conta Contábil	Emitente - UG	SALDO R\$ - Valores em R\$ milhões	
		2018	2017
Precatório de Pessoal	TRF 4 ^a Região-PREC/RPVS	4,71	0
	DNIT - Sede	5,78	5,78
	TRF 1 ^a Região - PREC.RPV	0,07	0
Precatórios de fornecedores nacionais	DNIT - Sede	0,00	0,00
Precatórios de terceiros	TRF 2 ^a Região - PR. RPV	0,42	0
	TRF 4 ^a Região-PREC/RPVS	16,59	0
	TRF 5 ^a Região-PREC/RPVS	7,55	0
	TRF 1 ^a Região - PREC.RPV	8,81	0
Precatórios de benefícios previdênciários	TRF 3 ^a Região - PREC.RPV	0,16	0
Precatórios de terceiros	TRF 3 ^a Região - PREC.RPV	1,67	0
	TRF 1 ^a Região - PREC.RPV	0,25	0
Total		76,86	54,33

33.366.213,18 (trinta e três milhões, trezentos e sessenta e seis mil, duzentos e treze reais e dezoito centavos) contabilizados na conta 21891.1300 – Precatórios de Terceiros, como pode ser visto na Tabela 53.

Registre-se que, além dos precatórios acima listados, existe ainda o montante de R\$ 43.493.502,87 (quarenta e três milhões, quatrocentos e noventa e três mil, quinhentos e dois reais e oitenta e sete centavos), demonstrados na Tabela 54 (curto e longo prazo) totalizando R\$ 76.861.734,05 (setenta e seis milhões, oitocentos e sessenta e um mil, setecentos e trinta e quatro reais e cinco centavos) de obrigações a pagar de Precatórios no encerramento de 2018.

NOTA 08: DEMAIS OBRIGAÇÕES A LONGO PRAZO

No período analisado, a rubrica teve uma evolução de 2195,06%, ou, em termos monetários, R\$ 2.264.876,74 (dois milhões, duzentos e sessenta e quatro mil, oitocentos e setenta e seis reais e setenta e quatro centavos), em razão principalmente do registro de obrigações a pagar de Precatórios da Justiça Federal de Longo Prazo no valor total de R\$ 1.925.164,11 (um milhão, novecentos e vinte e cinco mil, cento e sessenta e quatro reais e onze reais) na conta 22891.1000 – Precatórios de Terceiros, listados na Tabela 53 acima.

PASSIVOS SEM A CORRESPONDENTE EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Em cumprimento às Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público – NBCASP e à Macrofunção “021140 – Reconhecimento de Passivos”¹, o DNIT realiza, à medida que os processos administrativos chegam à Coordenação de Contabilidade, a apropriação dos passivos sem a correspondente execução orçamentária.

Em 31/12/2018, o DNIT possuía R\$ 811.564,64 (oitocentos e onze mil, quinhentos e sessenta e quatro reais e sessenta e quatro centavos), referentes a passivos sem suporte orçamentário. No período analisado não houve a incorporação de novos passivos, mas houve o pagamento de uma dívida reconhecida no exercício de 2016, conforme demonstrado na Tabela 55.

Tabela 55 - Relação dos passivos sem suporte orçamentário em 31/12/2017 e 31/12/2018 - Valores em R\$ milhões

Denominação UG	Fornecedor	Dec-18	Dez/207
DNIT – Sede	INCORP-CONSULTORIA E ASSESSORIA LTDA	0	0,15
DNIT – Sede	CONSTRUTORA ATERPA S/A	0,60	0,60
DNIT – Sede	ENECON S A ENGENHEIROS E ECONOMISTAS CONSULTORES	0,18	0,18
DNIT – Sede	J. MALUCELLI CONSTRUTORA DE OBRAS S/A	0,03	0,03
Total		0,81	0,96

Fonte: SIAFI Operacional

Em relação a esses registros, todos ocorridos no exercício de 2017, as justificativas apresentadas nos processos administrativos de reconhecimento de dívida resumem-se à insuficiência de saldo de empenho à época das medições.

Existem obrigações sem suporte orçamentário que não foram registrados no Passivo da Autarquia em razão

da falta de cumprimento de requisito exigido na Macrofunção 021140 – Reconhecimento de Passivos, ou seja, por falta de Termo de Reconhecimento de Dívida elaborado pelo Ordenador de Despesas. Essas obrigações, listadas no Tabela 56, foram declaradas pelas áreas gestoras dos respectivos contratos por meio dos documentos SEI nº 2170780 e 2314944.

1

Disponível em: <http://manualsiafi.tesouro.fazenda.gov.br/pdf/020000/021100/021140>

Tabela 56 - Obrigações sem suporte orçamentário não registrados no SIAFI - Valores em R\$ milhões

CONTRATO	VALOR
022/2013 - AHIMOC	0,26
027/2012- SRDNIT/AM	0,15
027/2012 - SRDNIT/AM	0,51
027/2012 - SRDNIT/AM	0,14
706/2013 - SRDNIT/AM	0,09
005/2011 - AHIMOR	0,29
007/2008 - CODOMAR	5,09
003/2012 – AHSUL	0,03
002/2014 – AHIMOR	0,13
2010/008/00 – AHIMOR	0,21
003/2017 – AHSUL	0,00
867/2014 – AHRANA	0,40
TT – 00077/2008	0,01
TT 00947/2010	1,62
TT 00948/2010	1,48
ST-7-00016/2011	0,03
TOTAL	9,51

Fonte: Processo SEI 50600.024021/2018-67

Existem, ainda, obrigações sem suporte orçamentário não enviadas pelas áreas gestoras à Coordenação de Contabilidade e, consequentemente, não registradas no SIAFI, conforme se percebe nos registros de empenhos emitidos no exercício de 2018, conforme Tabela 57, no elemento da despesa 92, para fazer face a Despesas de Exercícios Anteriores – DEA, com a informação de que não existia passivo anterior; situação que contraria o item 3.8² da Macrofunção 021140 – Reconhecimento de Passivos e o Acórdão TCU nº 158/2012-TCU³.

2 “3.8 O passivo com o ISF P (Permanente) compreende as dívidas fundadas e outras que dependam de autorização legislativa para amortização e resgate. No momento da execução da despesa orçamentária, a UG **deverá emitir um empenho com PASSIVO ANTERIOR, preenchendo S - SIM** no campo PASSIVO ANTERIOR da tela inicial do empenho. Na tela seguinte, o usuário deverá informar a conta de passivo.. Quando pressionar ENTER nesta tela, o sistema irá para outra tela em que estarão listados os C/C P desta conta. O usuário irá selecionar o conta-corrente que terá seu saldo baixado em contrapartida com um passivo com ISF F (Financeiro), sendo a fonte do empenho utilizada no registro desse novo passivo”

3 “3.4 - O TCU no processo TC-026.069/2008-4, Acórdão n 158/2012-TCU, pronunciou no item 8.2 que o reconhecimento de passivos oriundos de despesas sem dotação orçamentária não fere a vedação constituição-legal de realização de despesa ou assunção de obrigações que excedam os créditos orçamentários ou adicionais, vez que não é o registro contábil que está vedado e sim o ato que o origina.” (Macrofunção 021140).

Tabela 57 – Emissão de empenho - Elemento 92 - Passivo Ant. N - Valores em R\$ milhões

Grupo Despesa		Elemento Despesa	NE - Passivo Anterior S/N	Saldo R\$ (Conta Contábil)
				522920101
				EMISSAO DE EMPENHOS
1	Pessoal e encargos sociais	DESPESAS DE EXERCÍCIO ANTERIOR	NAO	73.867,05
3	Outras despesas correntes		NAO	19.190.906,92
4	Investimentos		NAO	2.290.337,92
Total				21.555.111,89

NOTA 09: AJUSTE DE EXERCÍCIO ANTERIORES

Em 2017 foram realizados registros de Ajustes de Exercícios Anteriores no montante de R\$ 10.747.425.060,23 (dez bilhões, setecentos e quarenta e sete milhões, quatrocentos e vinte e cinco mil, sessenta reais e vinte e três centavos), contra R\$ 140.279.608,58 (cento e quarenta milhões, duzentos e setenta e nove mil, seiscentos e oito reais e cinquenta e oito centavos), representado uma variação de 101,31% no período.

Essa conta registra o saldo decorrente de efeitos da mudança de critério contábil ou da retificação de erro imputável a determinado exercício anterior, e que não possam ser atribuídos a fatos

subsequentes. Ou seja, sua principal função é registrar fatos que ocorreram em exercícios anteriores e que, por erro ou mudança de critério contábil, não deva impactar no resultado do exercício atual.

O movimento de 2017, muito superior ao de 2018, ocorreu em razão da baixa, em setembro/2017, de ativos referentes a Adiantamento de Transferências Voluntárias, formalizadas por convênios e instrumentos congêneres, no valor de R\$ 10.783.779.812,67 (dez bilhões, setecentos e oitenta e três milhões, setecentos e setenta e nove mil, oitocentos e doze reais e sessenta e sete centavos), conforme mudança de entendimento de que essas transferências não satisfazem o conceito de ativo. Assim, a Secretaria do Tesouro Nacional – STN alterou os critérios de contabilização, passando a se

reconhecer uma despesa (Variação Patrimonial Diminutiva – VPD) em vez de um Ativo Patrimonial.

Além da baixa dos ativos de adiantamentos de transferências voluntárias por mudança do entendimento contábil, registramos que, no exercício de 2017, ocorreram baixas de Ativos, gerados em exercícios anteriores, em razão de utilização de recursos de investimentos para o pagamento de despesas que, a princípio, não contribuem para a aquisição ou formação de um bem de capital (vide processo SEI nº 50600.514186/2017-45).

NOTA 10: JUROS E ENCARGOS DE MORA

Apesar da ocorrência de 27,32% de aumento no total de receitas, notou-se uma redução de 44,07%

nas receitas de Juros e Encargos de Mora, que, no exercício de 2017, foi de R\$ 90.564.859,39 (noventa milhões, quinhentos e sessenta e quatro mil, oitocentos e cinquenta e nove reais e trinta e nove centavos), contra R\$ 50.652.412,26 (cinquenta milhões, seiscentos e cinquenta e dois mil, quatrocentos e doze reais e vinte e seis centavos) em 2018.

A razão é que, no encerramento do exercício de 2017, houve o reconhecimento de receitas de atualização financeira de créditos a receber provenientes de valores apurados em Tomadas de Contas Especiais - TCE, que, somadas, atingiram o montante de R\$ 89.630.141,33 (oitenta e nove milhões, seiscentos e trinta mil, cento e quarenta e um reais e trinta e três centavos).

Esse valor de atualização refere-se a TCEs julgadas pelo Tribunal de Contas da União – TCU, cujos valores originais foram apurados em 2003 e somente em 2017 foi realizada a atualização financeira desde aquele ano até o encerramento daquele exercício.

As TCEs são oriundas dos Convênios PG 110/94-99 e PG-155/2000, ambos celebrados entre o extinto Departamento Nacional de Estradas de Rodagem – DNER e o Governo do Estado de Roraima.

Já no encerramento de 2018, esses mesmos valores apurados em TCE sofreram atualizações finan-

ceiras em montante bem inferior, tendo em vista que a atualização foi referente apenas ao ano de 2018.

NOTA 11: REMUNERAÇÃO DE DEPÓSITOS BANCÁRIOS E APLICAÇÕES FINANCEIRAS

A redução de 100% nas receitas de Remuneração de Depósitos Bancários e Aplicações Financeiras, que foi de R\$ 20.851.335,23 (vinte milhões, oitocentos e cinquenta e um mil, trezentos e trinta e cinco reais e vinte e três centavos) em 2017 e zero em 2018, ocorreu em virtude da mudança dos critérios de contabilização dos Convênios e Instrumentos Congêneres.

De acordo com a Instrução Normativa STN nº 01/1997, esses recursos transferidos devem ser mantidos em aplicação financeira de curto prazo ou em caderneta de poupança, enquanto não empregado na sua finalidade, e com obrigatoriedade de restituição de eventual saldo de recursos, inclusive os rendimentos da aplicação financeira, ao concedente ou ao Tesouro Nacional, conforme o caso, na data de sua conclusão ou extinção.

Os rendimentos apurados eram, até agosto de 2017, registrados como uma receita em contrapartida com uma incorporação no Ativo da Autarquia, a título de adiantamento ao convenente e

passaram a ser registrados apenas em contas de controle, tendo em vista que essas transferências não satisfazem o conceito de ativo e, consequentemente não geram uma receita em seu registro. Assim, a Secretaria do Tesouro Nacional – STN alterou os critérios de contabilização, passando a se reconhecer uma despesa (Variação Patrimonial Diminutiva – VPD) em vez de um Ativo Patrimonial quando da liberação de recursos e apenas registros em contas de controle quando da apuração de rendimentos.

NOTA 12: GANHOS COM ALIENAÇÃO

No exercício de 2018, foi registrado um ganho com alienação no valor total de R\$ 4.791.675,58 (quatro milhões, setecentos e noventa e um mil, seiscentos e setenta e cinco reais e cinquenta e oito centavos), proveniente principalmente de alienação de bens móveis ferroviários não operacionais e inservíveis de propriedade da RFFSA, transferidos para o DNIT, realizado pela Superintendência Regional do DNIT no estado de São Paulo.

NOTA 13: GANHOS COM INCORPORAÇÃO DE ATIVOS

A variação de R\$ 3.275.422.043,45 (três bilhões, duzentos e setenta e cinco milhões, quatrocentos e vinte e dois mil, quarenta e três reais e quarenta e cinco centavos), partindo de uma receita total de R\$ 81.890.807,71 (oitenta e um milhões, oitocentos e noventa mil, oitocentos e sete reais e setenta e um centavos) em 2017, para R\$ 3.357.312.851,16 (três bilhões, trezentos e cinquenta e sete milhões, trezentos e doze mil, oitocentos e cinquenta e um reais e dezesseis centavos) representa uma evolução de 3.999,74% na comparação entre os dois períodos e decorrem principalmente da receita com incorporação de bens imóveis no ativo da Autarquia, proveniente do registro do edifício Sede do DNIT Brasília no SPIUnet no valor de R\$ 345.000.000,00 (trezentos e quarenta e cinco milhões de reais) e, principalmente, a contrapartida pelo aumento do valor patrimonial da malha rodoviária federal, uma vez

que, conforme Nota 1.1.2.4.2, no encerramento do exercício de 2018, a conta Obras em Andamento não possuía saldo suficiente para transferência à conta Estradas. Dessa forma, além de receber o saldo de Obras em Andamento, a conta Estradas teve de ser incorporada mediante uma Variação Patrimonial Aumentativa – VPA (receita) de incorporação de ativos.

NOTA 14: DIVERSAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS

Apesar de ter ocorrido uma redução de apenas 2,65% nesta rubrica, na Tabela 58, nota-se que algumas contas contábeis de escrituração sofreram variações consideráveis, inclusive de aumento de receitas.

Tabela 58 - Diversas Variações Patrimoniais Aumentativas

Conta Contábil - Valores em R\$ milhões	Dec-18	Dec-17	AV %	AH %	VARIACÃ R\$
Multas administrativas	744,15	814,15	91,19%	-8,60%	-70,00
Indenizacoes	2,15	4,68	0,26%	-54,02%	-2,53
Restituicoes	58,65	17,65	7,19%	232,33%	41,00
Vpa decorrente de fatores geradores diversos	9,74	0,40	1,19%	2348,51%	9,34
Divida ativa nao tributaria	0	1,30	0,00%		-1,30
Divida ativa nao tributaria - principal	0,01	0	0,00%	-	0,01
Divida ativa nao tributaria - juros	1,30	0	0,16%	-	1,30
Total	816,00	838,17	100,00%	-2,65%	-22,17

Nas Notas Explicativas abaixo, demonstraremos os motivos das principais variações.

NOTA 15: MULTAS ADMINISTRATIVAS:

No DNIT, a rubrica Multas Administrativas registra as receitas com aplicação de multas de trânsito, resarcimento de ligações telefônicas, indenizações por danos causados ao patrimônio público e multas por descumprimento contratual.

No período analisado, a rubrica apresentou redução de 8,60% de seu saldo, uma redução de receita no montante de R\$ 69.996.674,68 (sessenta e nove milhões, novecentos e noventa e seis mil, seiscentos e setenta e quatro reais e sessenta e oito centavos), na comparação entre 2017 e 2018, conforme demonstrado no

Tabela 59 - Diversas Variações Patrimoniais Aumentativas – Multas Administrativas

RA - Cód. Recolhimento - Valores em R\$ milhões	SALDO R\$		ANÁLISE		
	Dec-18	Dec-17	AV %	AH %	VARIAÇÃO R\$
DNIT - Multa trânsito REV	364,13	116,38	48%	213%	247,75
DNIT - Multa trânsito excesso peso	3,16	2,47	0%	28%	0,69
DNIT - Multa trânsito radar móvel	-0,00	-0,02	-0%	-82%	0,02
DNIT - Multa avanço sinal	-0,00	7,18	-0%	-100%	-7,19
DNIT - Multa de trânsito radar fixo	-0,10	131,08	-0%	-100%	-131,18
DNIT - Multa de trânsito	357,26	554,69	47%	-36%	-197,43
DNIT - Multa transito DEST FUNSET	0,00	0,00	0%		-0,00
STN Multas e juros previstos em contrato	0,03	0,00	0%	-	0,03
Ressarcimento de ligações telefônicas	0,00	0,00	0%	2126%	0,00
Indenização danos causados patrimônio público	0,00	0,00	0%	-13%	-0,00
Multas e justos previstos em contratos	37,39	2,05	5%	1727%	35,34
PGF/RDA/DNIT - Multas de trânsito (Não ajuizada)	0,08	0,08	0%	1%	0,00
PGF/RDA/DNIT - Multas de trânsito (Ajuizada)	0,09	0,00	0%	5635%	0,09
PGF/RDA/DNIT - Multas trânsito excesso peso (Não ajuizada)	0,12	0,05	0%	112%	0,06
PGF/RDA/DNIT - Multas de trânsito Excesso peso (Ajuizada)	0,28	0,00	0%	6698%	0,27
PGF/RDA - Multa infração contrato administrativo	0,01	0,00	0%	-	0,01
PGF/RDA/DNIT Multa trânsito REV	0,17	0,17	0%	-0%	-0,00
Total	762,60	814,15	100%	-6%	-51,55

Analisando apenas a variação da arrecadação de multas de trânsito, observa-se um aumento de 212,88% na arrecadação de multas por Redutor Eletrônico de Velocidade e de 27,76% em multas por excesso de peso, mas se nota uma redução expressiva nas demais. No geral, a arrecadação total com multas de trânsito foi 10,76% menor que no período anterior, conforme Tabela 60.

Tabela 60 - Diversas Variações Patrimoniais Aumentativas – Multas de Transito

RA - Cód. Recolhimento	SALDO R\$ - Valores em R\$ milhões		ANÁLISE		
	Dec-18	Dec-17	AV %	AH %	VARIAÇÃO R\$
DNIT - Multa trânsito REV	364,13	116,38	50,26%	212,88%	247,75
DNIT - Multa trânsito excesso peso	3,16	2,47	0,44%	27,76%	0,69
DNIT - Multa trânsito radar móvel	-0,00	-0,02	0,00%	-81,50%	0,02
DNIT - Multa avanço sinal	-0,00	7,18	0,00%	-100,03%	-7,19
DNIT - Multa de trânsito radar fixo	-0,10	131,08	-0,01%	-100,08%	-131,18
DNIT - Multa de trânsito	357,26	554,69	49,32%	-35,59%	-197,43
DNIT - Multa transito DEST FUNSET	0	0,00	0,00%		-0,00
Total	724,44	811,79	100,00%	-10,76%	-87,35

NOTA 16: SERVIÇOS

As despesas com Serviços apresentaram uma ampliação de R\$ 64.069.838,58 (sessenta e quatro milhões, sessenta e nove mil, oitocentos e trinta e oito reais e cinquenta e oito centavos), ou 9,30% na comparação entre os exercícios de 2017 e 2018.

A rubrica Serviços agrupa diversas contas contábeis, mas essa variação foi causada principalmente por aumento de dispêndios com Serviços de Apoio Administrativo, Técnico e Operacional conforme demonstrado na Tabela 61.

Tabela 61 - Variações Patrimoniais Diminutivas - Serviços (por conta contábil)

Conta Contábil	Saldo R\$ (Conta Contábil) - Valores em R\$ milhões		ANÁLISE		
	Dec-18	Dec-17	AV %	AH %	VARIAÇÃO R\$
Diárias	3,73	3,55	0,49%	4,87%	0,17
Servicos tecnicos profissionais - PF	0,11	0,02	0,01%	544,06%	0,09
Serv. De apoio adm., tecnico e operacional-PF	0,00	0,01	0,00%	-30,43%	-0,00
Locacoes e arrendamentos - PF	0,23	0,14	0,03%	66,98%	0,09
Servicos educacionais e culturais - PF	2,08	2,08	0,28%	-0,37%	-0,01
Sentencas judiciais - servicos terceiros - PF	24,15	0,06	3,21%	40765,18%	24,09
Servicos tecnicos profissionais	270,70	271,51	35,93%	-0,30%	-0,82
Servicos de apoio adm, tecnico e operacional	364,71	309,00	48,41%	18,03%	55,71
Servicos comunicacao, grafico e audiovisual	33,22	35,89	4,41%	-7,43%	-2,66
Serv.transp.,passagem,locomocao e hosped.-PJ	5,90	5,70	0,78%	3,47%	0,20
Servicos administrativos - PJ	1,00	0,84	0,13%	19,08%	0,16
Servicos de confeccoes - PJ	0,00	0,00	0,00%		-0,00
Serv.agua e esgoto,ener.eletr.,gas e outr.-PJ	17,35	15,46	2,30%	12,21%	1,89
Locacao e arrendamento mercantil operacional	12,55	6,44	1,67%	94,96%	6,11
Servicos educacionais e culturais - PJ	0,11	0,05	0,01%	139,17%	0,06
Sentencas judiciais - servicos terceiros - PJ	10,78	30,85	1,43%	-65,04%	-20,06
Fornecimento de alimentacao	0,02	0,00	0,00%	0	0,02
Seguros em geral	0,53	0,56	0,07%	-6,23%	-0,04
Conservacao/manutencao ativos infraestrutura	2,61	1,45	0,35%	80,26%	1,16
Servicos prestados diversos - PJ	0,07	0,04	0,01%	65,79%	0,03
Servicos tecnicos profissionais - PJ - intra	0,01	0,01	0,00%	73,53%	0,00
Serv.apoio adm,tecnico e operacional-PJ-intra	0,01	0,00	0,00%	124,08%	0,00
Serv.comunicac.,graficos e audiovis.-PJ-intra	2,83	5,27	0,38%	-46,26%	-2,44
Servicos administrativos - PJ - intra	0,00	0,00	0,00%	-50,00%	-0,00
Serv.agua esg.,ener.ele.,gas e outr.-PJ-intra	0,04	0,01	0,01%	541,37%	0,03
Locacoes e arrendamentos - PJ - intra	0,01	0,00	0,00%	0	0,01
Servicos educacionais e culturais-PJ-intra	0,00	0,00	0,00%	-20,00%	-0,00
Servicos prestados diversos - PJ - intra	0,03	0,02	0,00%	32,19%	0,01
Servicos tecnicos profissionais - PJ - estado	0,00	0,00	0,00%	207,85%	0,00
Serv. Apoio adm, tecnico e operacional-PJ - estado	0,44	0,19	0,06%	132,65%	0,25
Serv.comunicacao, graficos e audiov.-PJ - estado	0,00	0,00	0,00%	-75,55%	-0,00
Serv. Transp.,passag.,loc.e hosp.-PJ - estado	0,00	0,00	0,00%		-0,00
Serv.agua esg.,ener.ele.,gas e outr.-PJ - estado	0,04	0,04	0,00%	-16,95%	-0,01
Locacoes e arrendamentos - PJ - estado	0,00	0,00	0,00%		-0,00
Servicos prestados diversos - PJ - estado	0,03	0,00	0,00%	0	0,03
Seguros em geral	0,01	0,02	0,00%	-19,62%	-0,00
Serv.apoio adm.,tecnico e operacional-PJ - municipio	0,02	0,03	0,00%	-39,86%	-0,01
Serv.agua esgto,ener.el.,gas e outr.-PJ - municipio	0,01	0,01	0,00%	4,07%	0,00
Servicos prestados diversos - PJ - municipio	0,00	0,00	0,00%		-0,00
Total	753,31	689,24	100,00%	9,30%	64,07

Os registros na conta contábil de Serviços de Apoio Administrativo, Técnico e Operacional referem-se a despesas serviços de apoio, vigilância ostensiva, manutenção, conservação, limpeza, manobra e patrulhamento, socorro e salvamento, cópias e reprodução de documentos, armazenagem, locação de mão de obras, etc.

Em 2018 o volume de despesas com esse tipo de serviço foi 18,03% maior do que em 2017 e os 30 principais fornecedores cujos contratos mais impactaram nesta conta, que representam 78,3% do total dos gastos registrados, estão listados no Tabela 62.

Tabela 62– Variações Patrimoniais Diminutivas - Serviços de apoio administrativo, técnico e operacional (por fornecedor) - Valores em R\$ milhões

Favorecido Doc.	SALDO (R\$)	
	Dec-18	
SITRAN SINALIZACAO DE TRANSITO INDUSTRIAL LTDA	71,16	
ELISEU KOPP & CIA LTDA	37,44	
WORKS CONSTRUCAO & SERVICOS EIRELI	35,38	
DATA TRAFFIC S/A	30,20	
ESTEIO ENGENHARIA E AERO LEVANTAMENTOS SA	10,88	
FORTALEZA SERVICOS EMPRESARIAIS EIRELI	10,22	
FISCAL TECNOLOGIA E AUTOMACAO LTDA	9,73	
ANTONELLY CONSTRUCOES E SERVICOS EIRELI	8,87	
DATAPROM EQUIPAMENTOS E SERVICOS DE INFORMATICA INDUSTR	6,45	
CONFEDERAL VIGILANCIA E TRANSPORTE DE VALORES LTDA	5,86	
COMSERVICO LTDA	5,79	
ATLANTICO ENGENHARIA LTDA	5,43	
TCI BPO TECNOLOGIA, CONHECIMENTO E INFORMACAO S.A. EM	5,08	
ANGEL'S SEGURANCA E VIGILANCIA LTDA	4,55	
T & S ENGENHARIA TELEMATICA LTDA	3,88	
TYPE MAQUINAS E SERVICOS LTDA	3,55	
SOUZA DUTRA ENGENHARIA LTDA	3,29	
POLO SEGURANCA ESPECIALIZADA EIRELI	3,04	
STE SERVICOS TECNICOS DE ENGENHARIA SA	2,85	
URUTU SISTEMA DE SEGURANCA E VIGILANCIA EIRELI	2,38	
OTC. DOC ORGANIZACAO TECNOLOGIA E CUSTODIA DE DOCUMENTO	2,26	
PARCEIRO EMPREENDIMENTOS - EIRELI	2,25	
CARDEAL GESTAO EMPRESARIAL E SERVICOS LTDA	2,09	
J NASSER ENGENHARIA LTDA	1,94	
BRILHANTE ADMINISTRACAO E SERVICOS EIRELI	1,93	
SERGET MOBILIDADE VIARIA LTDA	1,92	
ZP CONSERVACAO E LIMPEZA EIRELI	1,91	
INTERATIVA EMPREENDIMENTOS E SERVICOS DE LIMPEZA E CONS	1,90	
LIMPADORA CALIFORNIA LTDA	1,72	
FENIX ASSESSORIA & GESTAO EMPRESARIAL LTDA	1,64	
Total	285,58	

NOTA 17: DESCONTOS FINANCEIROS CONCEDIDOS

Esta conta contábil é alimentada pelas variações patrimoniais diminutivas (despesas) relacionadas aos descontos financeiros concedidos no pagamento de multas de trânsito antes do vencimento.

No período analisado, houve uma redução de 39,69% no montante de descontos financeiros concedidos, enquanto a variação da arrecadação de multas apresentou uma queda de 10,76%, conforme explicitaremos na Nota Explicativa 14.

Em 2017, os descontos chegaram ao montante de R\$ 28.561.958,11 (vinte e oito milhões, quinhentos e sessenta e um mil, novecentos e cinquenta e oito reais e onze centavos), contra R\$ 17.225.624,48 (dezessete milhões, duzentos e vinte e cinco mil, seiscentos e vinte e quatro reais e quarenta e oito centavos) em 2018; uma variação de R\$ 11.336.333,63 (onze milhões, trezentos e trinta e seis mil, trezentos e trinta e três reais e sessenta e três centavos).

Ta tabela 63 listamos os descontos financeiros concedidos segregados pelo código de recolhimento a que está vinculada a receita de multas:

Tabela 63 - Descontos financeiros concedidos

RA - Cód. Recolhimento - Valores em R\$ milhões	Movimento (Moeda Origem Conta Contábil)	
	2018	2017
DNIT - Multa trânsito REV	0,06	2,02
DNIT - Multa trânsito excesso peso	0,05	0,02
DNIT - Multa avanço sinal		0,24
DNIT - Multa de trânsito radar fixo		4,37
DNIT - Multa de trânsito	17,11	21,91
Arrendamentos	0,00	
Serviços administrativos	0,01	
Total	17,23	28,56

NOTA 18: DESINCORPORAÇÃO DE ATIVOS

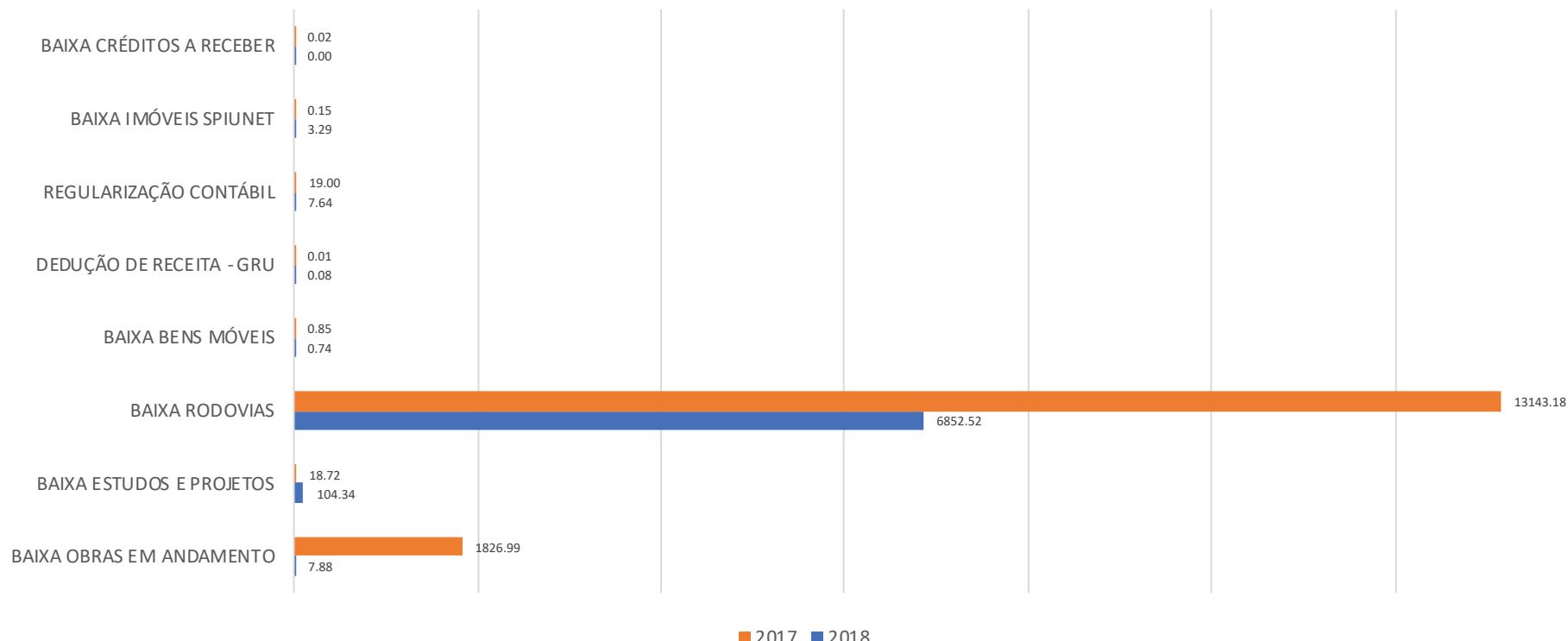
A Variação Patrimonial Diminutiva (despesa) de desincorporação de ativos está relacionada a baixas de ativos registrados anteriormente como patrimônio do DNIT.

No período analisado, houve uma redução de R\$ 8.032.185.801,33 (oito bilhões, trinta e dois milhões, cento e oitenta e cinco mil, oitocentos e um reais e trinta e três centavos) no volume de despesas com desincorporação de ativos, sendo 53,52% menor que no exercício anterior, partindo de uma despesa de R\$ 15.008.674.917,19 (quinze bilhões, oito milhões, seiscentos e setenta e quatro mil, novecentos e dezessete reais e dezenove centavos) em 2018 para R\$ 6.976.489.115,86 (seis bilhões, novecentos e setenta e seis milhões, quatrocentos e oitenta e nove mil, cento e quinze reais e oitenta e seis centavos).

Conforme ilustrado no Gráfico 43, o principal motivo foi que no exercício de 2017 verificou-se uma redução no valor patrimonial das rodovias federais acima do que foi registrado em períodos anteriores a 2018. Por esse motivo, registrou-se uma desincorporação de Ativos superior a treze bilhões de reais em 2017.

Em relação à malha rodoviária federal, o somatório da perda no seu valor patrimonial em 2017 foi de R\$ 13.143.180.379,94 (treze bilhões, cento e quarenta e três milhões, cento e oitenta mil, trezentos e setenta e nove reais e noventa e quatro centavos); apesar de ter havido o registro de rodovias que tiveram acréscimo em seu valor patrimonial, no total de R\$ 5.537.372.565,47 (cinco bilhões, quinhentos e trinta e sete milhões, trezentos e setenta e dois mil, quinhentos e sessenta e cinco reais e quarenta e sete centavos).

Gráfico 43 - Desincorporação de ativos - Valores em R\$ milhões



Já em 2018, o valor de desincorporação de ativos por perda de valor patrimonial de rodovias foi no montante de R\$ 6.852.520.132,01 (seis bilhões, oitocentos e cinquenta e dois milhões, quinhentos e vinte mil, cento e trinta e dois reais e um centavo).

NOTA 19: DIVERSAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS

Em 31/12/2018, esta rubrica apresentava um saldo de R\$ 28.890.671,08 (vinte e oito milhões, oitocentos e noventa mil, seiscentos e setenta e um reais e oito centavos), contra 59.127.821,67 (cinquenta e nove milhões, cento e vinte e sete mil, oitocentos e vinte e um reais e sessenta e sete centavos) no encerramento de 2017, representando uma redução de 51,14% nessas despesas, conforme Tabela 64.

Tabela 64 - Diversas variações Patrimoniais Diminutivas

Conta Contábil	Saldo R\$ (Conta Contábil) - Valores em R\$ milhões		ANÁLISE		
	Dec-18	Dec-17	AV %	AH %	VARIAÇÃO R\$
Multas administrativas	0,02	0,00	0,06%	1389,20%	0,04
Indenizacoes	0,27	0,64	0,92%	-57,96%	0,04
Restituicoes	0,04	0,04	0,14%	1,11%	0,04
Vpd decorrente de fatos geradores diversos	28,52	58,45	98,71%	-51,21%	0,04
Divida ativa nao tributaria -exclusao - princ	0,03	-	0,09%	-	0,04
Divida ativa nao tributaria -exclusao - juros	0,01	-	0,05%	-	0,04
Total	28,89	59,13	100,00%	-51,14%	0,04

Esta rubrica apresenta, principalmente (98,71% do total), o saldo da conta contábil VPD Decorrente De Fatos Geradores Diversos, que congrega os valores retidos das multas de trânsito aplicadas pelo DNIT, que, por serem arrecadadas pelos órgãos e entidades executivos de trânsito dos Estados e do Distrito Federal onde o veículo autuado está registrado, são recolhidos a esses

órgãos, em conformidade com o Anexo IV da Portaria DENATRAN nº 74, de 27 de agosto de 2008.

Conforme Tabela 65, houve uma redução de 51,11% na despesa com valores retidos das multas de trânsito na comparação entre os dois exercícios:

Tabela 65 - Variações Patrimoniais Diminutivas decorrentes de fatos geradores diversos

RA - Cód. Recolhimento	Saldo (Moeda Origem Conta Contábil) - Valores em R\$ milhões		
	Dec-18	Dec-17	Total
DNIT - Multa de trânsito	28,52	58,33	86,85
Multas e juros previstos em contrato		0,12	0,12
Total	28,52	58,45	86,97

NOTA 20: EXECUÇÃO DA RECEITA ORÇAMENTÁRIA

Destaca-se, no exercício de 2018, a realização de 87,94% do total de receitas previstas, sendo 87,28% da Receitas Correntes e 1875,97% da Receitas de Capital. Estas últimas, com realização muito superior ao previsto, deve-se à Alienação de Bens Móveis, cuja previsão era de R\$ 300.027,00 (trezentos mil e vinte e sete reais), mas foi realizado o montante de R\$ 5.628.413,00 (cinco milhões, seiscentos e vinte e oito mil e quatrocentos e treze reais), referente a alienação de bens móveis ferroviários não operacionais e inservíveis de pro-

priedade da extinta RFFSA, transferidos para o DNIT, realizado pela Superintendência Regional do DNIT no estado de São Paulo, conforme Nota Explicativa 12.

Entre as Receitas Correntes, destacam-se as Multas Administrativas, Contratuais e Judiciais, no montante de R\$ 661.471.962,43 (seiscentos e sessenta e um milhões, quatrocentos e setenta e um mil, novecentos e sessenta e dois reais e quarenta e três centavos), que representa 87,56% de realização da previsão atualizada. Em comparação a 2017, essa receita teve uma redução de 7,39%, conforme Tabela 66.

Tabela 66 – Execução de receitas - Valores em R\$ milhões

RECEITAS CORRENTES	Dec-18	Dec-17	AH %
Exploração do Patrimônio Imobiliário do Estado	21,09	34,85	-39,48%
Serviços Administrativos e Comerciais Gerais	21,23	10,26	106,93%
Multas Administrativas, Contratuais e Judiciais	661,47	714,26	-7,39%
Indenizações, Restituições e Ressarcimentos	2,36	21,00	-88,78%
Demais Receitas Correntes		0,04	
Total	706,15	780,40	-9,51%

NOTA 21: EXECUÇÃO DA DESPESA ORÇAMENTÁRIA

Representando 82,62% do total das despesas, nota-se a execução (despesas empenhadas/dotação atualizada) de R\$ 96,96% das Despesas de Capital do grupo Investimentos, no montante de R\$ 6.965.100.734,61 (seis bilhões, novecentos e sessenta e cinco milhões, cem mil, setecentos e trinta e quatro reais e sessenta e um centavos).

Quanto às Despesas Correntes, a execução foi no montante de R\$ 1.465.600.030,27 (um bilhão, quatrocentos e sessenta e cinco milhões, seiscentos mil, trinta reais e vinte e sete centavos), tendo como principal dispêndio, nesta categoria econômica, Outras Despesas Correntes com R\$ 763.583.144,85 (setecentos e sessenta e três milhões, quinhentos e oitenta e três mil, cento e quarenta e quatro reais e oitenta e cinco centavos) e, em seguida as Despesas de Pessoal e Encargos Sociais no montante de 702.016.885,42 (setecentos e dois milhões, dezesseis mil, oitocentos e oitenta e cinco reais e quarenta e dois centavos), conforme Tabela 67.

Tabela 67 - Despesas correntes - Valores em R\$ milhões

PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	2018	2017	AH %
Aposentados rpps, reser.remuner. E refor.militar	126,45	113,14	11,77%
Pensões do rpps e do militar	24,87	21,64	14,94%
Contrib. A entidades fechadas de previdencia	2,65	2,18	21,28%
Vencimentos e vantagens fixas - pessoal civil	417,61	399,04	4,65%
Outras despesas variáveis - pessoal civil	1,69	1,35	25,34%
Sentencias judiciais	19,01	18,90	0,59%
Despesas de exercícios anteriores	0,39	0,96	-59,30%
Indenizações e restituições trabalhistas	0,14	0,07	99,09%
Ressarcimento de desp. de pessoal requisitado	21,80	18,68	16,75%
Obrigacões patronais - op.intra-orçamentárias	90,74	96,62	-6,09%
Sentencias judiciais	0,03	0,01	147,37%
Total	705,38	672,58	4,88%
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	2018	2017	AH %
Outros benef.assist. Do servidor e do militar	2,31	2,16	6,85%
Diárias - pessoal civil	3,73	3,55	4,98%
Diárias - pessoal militar	0	5,07	
Auxílio financeiro a estudantes	0	0,06	
Auxílio financeiro a pesquisadores	0	0,10	
Material de consumo	9,44	13,03	-27,53%
Passagens e despesas com locomoção	5,63	6,06	-7,14%
Serviços de consultoria	55,91	45,78	22,13%
Outros serviços de terceiros - pessoa física	2,85	2,67	6,73%
Locação de mão-de-obra	106,71	118,14	-9,68%
Outros serviços de terceiros - pessoa jurídica	485,11	700,79	-30,78%
Serviços de tecnologia da informação e comunicação - pj	57,02	0	
Auxílio-alimentação	14,66	15,38	-4,70%
Obrigacões tributárias e contributivas	8,90	8,29	7,31%
Auxílio-transporte	1,88	1,88	-0,01%
Pensoes especiais	2,65	2,46	8,01%
Sentencias judiciais	22,64	8,96	152,80%
Despesas de exercícios anteriores	19,32	42,21	-54,23%
Indenizações e restituições	6,43	7,42	-13,36%
Indenização pela execução trabalhos de campo	0,03	0,31	-88,89%
Outros serviços de terceiros - pessoa jurídica (intra)	3,66	3,16	15,62%
Obrig.tribut.e contrib-op.intra-orçamentárias	0,01	0,01	-7,77%
Despesas de exercícios anteriores	0,02	0,11	-84,10%
Indenizações e restituições	0,01	0	
Total	808,92	987,61	-18,09%

NOTA 22: RESTOS A PAGAR

Em 31/12/2018, o DNIT possuía o saldo de R\$ 2.933.016.370,97 (dois bilhões, novecentos e trinta e três milhões, dezesseis mil, trezentos e setenta reais e noventa e sete centavos) de Restos a Pagar Processados e de R\$ 23.202.236,21 (vinte e três milhões, duzentos e dois mil, duzentos e trinta e seis reais e vinte e um centavos) de Restos a Pagar Não Processados, conforme tabela 68, demonstrando um comportamento estável nos dois últimos exercícios.

Tabela 68 - Restos a pagar - Valores em R\$ milhões

RAP Processados	Dec-18	Dec-17	AH %
DESPESAS CORRENTES	124,46	56,86	118,87%
Pessoal e Encargos Sociais	7,39	2,30	221,48%
Outras Despesas Correntes	117,07	54,57	114,55%
DESPESAS DE CAPITAL	2.808,56	3.049,59	-7,90%
Total Processados	2.933,02	3.106,45	-5,58%
RAP Não processados	Dec-18	Dec-17	AH %
DESPESAS CORRENTES	3,55	2,70	31,59%
Pessoal e Encargos Sociais	0,08	0,07	9,65%
Outras Despesas Correntes	3,47	2,62	32,21%
DESPESAS DE CAPITAL	19,65	20,36	-3,47%
Total Não Processados	23,20	23,06	0,63%

Quanto à execução dos Restos a Pagar, conforme Tabela 69, foi executado e pago, em 2018, cerca de 50% dos restos a pagar inscritos em anos anteriores.

Tabela 69 - Execução Restos à Pagar - Valores em R\$ milhões

INSCRITOS	CANCELADOS	PAGOS	SALDO	INDÍCE REALIZAÇÃO
RAP Não processados	6.346,65	244,53	3.169,10	2.933,02
RAP Processados	100,30	0,22	76,88	23,20
Total	6.446,95	244,75	3.245,98	2.956,22